

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Curso de Licenciatura em História

**O legado da raça branca: racismo e branquitude no livro *A  
integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan  
Fernandes**

Carlos Guilherme da Silva Ramos

Porto Alegre  
2023

Carlos Guilherme da Silva Ramos

**O legado da raça branca: racismo e branquitude no livro *A  
integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan  
Fernandes**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa (orientador) - UFRGS

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Oliveira da Silva - UFRGS

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Marcello Felisberto Morais de Assunção - UFRGS

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sarah Calvi Amaral Silva - UFRGS

Porto Alegre

2023

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por toda sabedoria, saúde e segurança concedida durante a minha jornada até aqui.

Gostaria de agradecer também à minha mãe, Maria Geci da Silva Ramos e ao meu pai Carlos Alberto Fagundes de Lima Ramos, por todo suporte, amor incondicional, carinho e respeito dado durante a minha vida. Foi através dos esforços deles que nunca parei de estudar. Essa conquista não se resume a uma batalha individual, mas sim aos esforços da família.

Gostaria de demonstrar minha eterna gratidão à minha princesa, deusa negra, ao amor da minha vida, minha parceira, melhor amiga, namorada, Ana Paula Oliveira da Silva. O suporte dado durante esses 6 anos que estamos juntos, o carinho, a crença em nós e os momentos vividos gerando frutos anunciam a chegada de tempos melhores.

Agradeço também aos meus irmãos, meus tios, minhas tias, sobrinhas e sobrinhos pelo amor, apoio e conselhos para que eu não desistisse da luta, por sempre cuidarem de mim e acreditarem no meu potencial.

Não menos importantes são os amigos que fiz nessa jornada na faculdade, amigos com quem tive vivências e experiências incríveis, que contribuíram para a desconstrução do meu antigo eu, sou grato à vida por ter encontrado vocês no meu caminho: André Mello, Diego Lemos, Douglas Ramos, Ivan Nunes Marcus Moreira, Paula Rodrigues. Amo vocês.

E também gostaria de agradecer ao meu professor orientador Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa, pela paciência, por me guiar e me auxiliar durante este longo caminho de graduação, grato pela disciplina *Os Estudos Críticos da Branquitude no Brasil*, disciplina que ampliou meu conhecimento sobre os estudos raciais e pela qual tive grande interesse desde a primeira aula.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem o intuito de analisar os impactos da branquitude nas relações estabelecidas entre patrões e trabalhadores brancos. Tal análise foi feita a partir da obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, O Legado da “Raça Branca”*, de Florestan Fernandes, pois nela são perceptíveis os apontamentos do autor a respeito das vantagens que os trabalhadores brancos possuíam no mercado de trabalho, evidenciando a forma como Florestan compreendia a sociedade brasileira estruturada, entre outros parâmetros, por meio da hierarquização racial. Este estudo parte do pressuposto de que a falta de percepção a respeito das identidades raciais brancas pode levar a interpretações equivocadas sobre a realidade social brasileira. Para solucionar esse problema, é necessário um esforço coletivo para desconstruir a ideia de que o racismo é apenas um problema individual e reconhecer o privilégio branco. A branquitude acaba sendo, entre outras definições, uma forma de capital social que perpetua a desigualdade racial e social no país. É importante que os brancos ajam de maneira consciente para desconstruir a branquitude e compreender que ela não é algo natural na cultura brasileira.

**Palavras-chave:** branquitude, relações de favorecimento, relações raciais, mercado de trabalho, desigualdade, história da branquitude.

## ABSTRACT

This final course project aims to analyze the impacts of whiteness on the relationships established between white employers and workers. This analysis was based on the work *The Integration of the Black in Class Society, The Legacy of the "White Race"* by Florestan Fernandes, as it highlights the author's observations regarding the advantages that white workers had in the labor market, thus illustrating Florestan's understanding of Brazilian society, which, among other parameters, was structured through racial hierarchization. This study assumes that the lack of awareness regarding white racial identities can lead to misconceptions about Brazilian social reality. To address this issue, a collective effort is required to deconstruct the notion that racism is merely an individual problem and to recognize white privilege. Whiteness, among other definitions, becomes a form of social capital that perpetuates racial and social inequality in the country. It is important for white individuals to act consciously in order to deconstruct whiteness and understand that it is not something inherent in Brazilian culture.

**Keywords:** whiteness, favoritism relationships, racial relations, labor market, inequality, history of whiteness.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO</b> .....	19
2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	26
<b>3. DESIGUALDADES RACIAIS E A BRANQUITUDE NO CONTEXTO DO TRABALHO NO BRASIL</b> .....	32
3.1 REFLETINDO SOBRE A BRANQUITUDE E SEUS IMPACTOS NA EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES NEGROS.....	32
3.2 A BRANQUITUDE E A OCUPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO SETOR DOMÉSTICO .....	42
3.3 DESIGUALDADES RACIAIS E A DINÂMICA DA BRANQUITUDE.....	45
<b>4. RELAÇÕES DE FAVORECIMENTO</b> .....	51
4.1 RELAÇÕES DE FAVORECIMENTO E A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL..	51
4.2 A PERSISTÊNCIA DA BRANQUITUDE COMO SISTEMA DE PRIVILÉGIO.....	54
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	62
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	65

## 1. INTRODUÇÃO

Como gênese para o processo de realização desse trabalho de conclusão de curso, foi necessário refletir sobre as experiências e as relações que vivenciei e presenciei enquanto homem negro no mercado de trabalho. Elas serviram de guia para escrever sobre a branquitude presente nas relações de favorecimento entre patrões e trabalhadores brancos na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, o Legado da "Raça Branca"*. Por conta disto, o tema central deste trabalho será a branquitude como ferramenta de vantagem entre patrões e trabalhadores brancos. Nos diversos tipos de serviços pelos quais passei, eu, um homem negro, percebi que os brancos que ocupavam a mesma posição que a minha na hierarquia da empresa, sempre obtinham uma promoção ou benefícios de maneira bem mais rápida e fazendo menos esforço, isso acontecia independente do fato de eu ser mais qualificado ou mais dedicado. Ao conversar sobre essa situação com outras pessoas negras ao longo dos anos, percebi que isso é algo corriqueiro na sociedade em que vivemos e que várias dessas pessoas também já passaram por inúmeros casos semelhantes. Por conta disso, acho interessante trazer aqui um destes casos em que podemos presenciar como a branquitude é presente e exercida na nossa rotina. Além disso, pessoas negras ao relatarem suas vivências, barreiras enfrentadas e perspectivas, acabam expondo as consequências do racismo estrutural<sup>1</sup> que passam no dia a dia. Tal abordagem permite acessibilidade a essas narrativas para que pessoas brancas tenham a percepção das injustiças, desigualdades e opressões que as pessoas negras sofrem em diferentes esferas da vida, incluindo o mercado de trabalho, a educação, a saúde e a justiça social. Dar espaço e reconhecer as reivindicações do povo negro promove uma maior compreensão dos efeitos do racismo, auxiliando os brancos a perceberem seus próprios lugares de privilégio e a participarem na luta pela igualdade e justiça racial. É um passo crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e que desconstrua essa hierarquia montada pela branquitude.

Entre essas experiências, para não me prolongar, acho de bom tom narrar somente um caso, que considero bem peculiar e pelo qual passei durante um cargo que ocupei em

---

<sup>1</sup> Aqui falo em racismo estrutural me referindo ao sistema ou padrão de discriminação racial que está enraizado nas instituições, políticas e práticas de uma sociedade. Diferente do racismo individual, que é manifestado em atitudes racistas de indivíduos, o racismo estrutural é mais insidioso e muitas vezes "invisível". Ele tem se perpetuado ao longo do tempo devido a sistemas e estruturas que favorecem um grupo racial em detrimento de outros.

2013 e que tem muito a ver com branquitude e a relação de favorecimento entre o patrão branco e o empregado branco, que será a temática abordada por este trabalho. Na época, me encontrava com 23 anos de idade, atuava como auxiliar de almoxarife numa empresa de pequeno porte do setor de telecomunicações localizada em Porto Alegre.

Nela, desde o meu primeiro dia, foi falado que se ali eu me dedicasse, a empresa me abriria as portas para uma ascensão dentro dela, entre as funções destinadas a mim estava a organização e limpeza do estoque, recepção e conferência das cargas dos materiais com os quais trabalhávamos. Junto comigo, trabalhavam somente outras duas pessoas no estoque, usarei nomes fictícios para me referir a elas para não expor ninguém, uma era o Alberto e chamarei a outra pessoa pelo nome de Bruno. Alberto é um rapaz branco de ascendência alemã, que estava na empresa há mais tempo que eu, e a outra pessoa era o Bruno, um homem branco, que havia entrado 1 ano depois. O Alberto era o mais novo em idade, tinha apenas 21 anos de idade, mas por ser o mais antigo na empresa entre nós três, ocupava o cargo de supervisor. Bruno era o mais avançado em idade entre nós três, tinha 54 anos na época, porém era o mais novo com tempo na empresa. Por ser mais avançado em idade, o Bruno constantemente se queixava ao realizar a tarefa de descarregar e carregar os materiais, nunca conseguia demonstrar muito empenho, sempre precisava contar com o meu auxílio, ou com o auxílio do Alberto, pois as caixas pesavam entre 60 e 100 quilos. Também constantemente era comum ver o Bruno revoltado por estar exercendo a profissão de auxiliar de almoxarife, pois por longos anos, antes de entrar na empresa, ele havia exercido a profissão de técnico em comunicação em uma grande empresa, mas naquele momento se encontrava numa empresa pequena, recebendo menos do que ganhava no antigo emprego, numa função que ele julgava ter menos prestígio.

Despreocupado com os problemas que Bruno encontrava em sua vida e com os diversos momentos que ele fazia “corpo mole”, sempre procurei ao máximo me dedicar às minhas tarefas na empresa, continuamente visando as promessas que haviam me feito ao me contratarem: valorização profissional, promoções e reconhecimento, algo que nunca obtive nessa empresa, independentemente das horas extras que fazia, ou do quão comprometido fosse com eles. Após 12 meses de comprometimento e dedicação com a empresa, surgiu uma oportunidade para trabalhar como supervisor no estoque, pois o Alberto havia sido promovido para um cargo em outro setor. Por motivos óbvios a vaga de supervisor passou a

ser cobiçada por mim e pelo Bruno, a área pagava um salário melhor que o aquele que recebíamos no cargo de auxiliar de almoxarife, mas para minha decepção e surpresa, o escolhido para tal função foi o Bruno. Intrigado para saber por qual motivo haviam escolhido alguém que trabalhava de má vontade e não se empenhava tanto no serviço para o cargo, me responderam que o fato dele ser mais velho, em “fim de carreira”, e sentir-se prejudicado com o baixo salário foi o fator para que ele fosse escolhido. Já eu, por ser mais novo e ainda com muita estrada pela frente, poderia esperar um pouco mais, mas que eu não desanimasse, pois aumentariam meu salário e não teria descontado o vale-transporte. Insatisfeito com toda esta situação, resolvi me desligar da empresa e procurar um emprego novo para mim. Podemos ver a intersecção entre brancura e idade revelada nessa situação específica que evidencia que a seleção para o cargo de supervisor não se baseou unicamente em critérios de experiência e empenho.

Além desses fatores explícitos, há critérios silenciados, não ditos e tácitos que também desempenharam um papel na decisão. Esses critérios implícitos, muitas vezes relacionados a características como raça, cor da pele, idade e privilégios sociais, podem influenciar as oportunidades e as promoções no ambiente de trabalho. Isso é importante pois nos mostra que as desigualdades existentes não se limitam apenas às habilidades e ao desempenho individual do negro. O contexto social e as percepções preconcebidas influenciaram nas decisões de promoção e é resultado de um sistema que favorece certos grupos, como no caso em questão, em que a brancura e a idade de Bruno parecem ter sido fatores determinantes para a seleção, mesmo diante de outros candidatos com qualificações equivalentes ou até mesmo superiores.

Gostaria de ressaltar ao leitor que a conscientização sobre esses critérios ocultos e a promoção de práticas de seleção e avaliação mais equitativas são fundamentais para combater as disparidades e garantir um ambiente de trabalho justo e inclusivo. O reconhecimento de que a raça e a idade podem influenciar nas oportunidades profissionais permite uma análise mais crítica das estruturas de poder e um esforço conjunto para acabar com essas barreiras invisíveis. Após essa amarga experiência que tive em minha vida, passei a questionar se há realmente lugares definidos e específicos para os brancos e para os não-brancos no mercado de trabalho e em nossa sociedade como um todo, pois senti a

necessidade de compreender como funciona essa estrutura que é tão benéfica para homens brancos e quais são os seus dispositivos.

Passado os anos, ingressei na faculdade e lá me deparei com cadeiras que contribuíram para saciar a minha inquietação em torno dessa estrutura racial na qual vivemos, disciplinas que ampliaram a minha visão sobre esse mal tão presente na nossa sociedade, entre elas, tive a disciplina de Estudos Críticos da Branquitude, ministrada pelo professor Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa, na qual pude ter uma melhor compreensão sobre o conceito de branquitude (tema central deste estudo), e sobre o que é, afinal, esse lugar de vantagens estruturais, de que fala Ruth Frankenberg. Trato de refletir a respeito das pessoas que se enquadram em determinados padrões valorizados pela sociedade em que vivemos e como o racismo é uma das ferramentas desse mecanismo, controlado pelos brancos para se manterem em cargos de prestígios e em posições chaves dentro de empresas, mas também em posições de destaque em todas as áreas que englobam a nossa sociedade. Numa busca para compreender melhor como se dá a logística desse sistema em que vivemos, no qual os brancos sempre “saem na frente” de pessoas não-brancas, fui atrás de artigos, livros e teses que pudessem elucidar sobre esse privilégio dos brancos (principalmente o dos homens brancos).

Para falar sobre esse lugar de destaque ocupado pelos brancos acabei optando por fazer uma análise do livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Florestan foi um dos maiores sociólogos da história do Brasil, de origem humilde, nasceu na cidade de São Paulo, em 20 de julho de 1920, quando novo exerceu profissões como engraxate, auxiliar de barbeiro e garçom. Em 1941 ingressou no curso de Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) onde se formou e depois passou a exercer a docência. Por lá realizou trabalhos voltados para os povos originários do Brasil, como sua dissertação para o título de mestre *A organização social dos Tupinambá* e também a sua tese de doutorado *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. A obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* foi dividido em dois volumes, o volume I foi alcunhado de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, O Legado da “Raça Branca”*, enquanto o volume II se chama *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, “No limiar de Uma Nova Era”*. Por conta disto, gostaria de alertar o leitor de que, neste estudo, irei investigar apenas o volume I do livro, *A Integração do Negro na Sociedade de*

*Classes, o Legado da “Raça Branca”*, publicado pela editora *Contracorrente*, publicada em 2021.

A obra surge a partir de uma série de pesquisas financiada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), onde Florestan Fernandes desempenhou um papel significativo como coordenador desse projeto da UNESCO, que ocorreu durante a década 1950 e que visava estudar e analisar a dinâmica das relações raciais no Brasil, pois na época era hegemônica a ideia falaciosa do mito da democracia racial no Brasil e por isso acreditavam que havia uma harmoniosa relação entre brancos e não-brancos no país. Sociólogos, antropólogos, historiadores e outros intelectuais fizeram diversas pesquisas sobre a situação racial no Brasil e é nesse contexto que surge a obra de Florestan. Também podemos compreender a importância de Florestan como coordenador desse projeto da UNESCO pois no final da década de 50, Florestan Fernandes finaliza o prefácio do livro *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Marcos Chor Maio comenta que "o estudo era o exemplo mais bem-acabado da influência do Projeto Unesco no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil" (MAIO, 2000, p. 118).

A primeira edição do livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* foi lançado na metade da década de 60, durante o golpe cívico-militar e o Brasil passava por profundas transformações políticas e sociais. Durante esse período, a sociedade brasileira estava lidando com questões relacionadas à desigualdade racial, discriminação e segregação racial e com os militares no comando do país, Florestan acabou tendo uma aposentadoria compulsória e foi exilado.

Desde seu lançamento, a obra já passou por seis edições, sendo a última lançada em 2021. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* faz uma análise sobre a mobilidade social da população negra na cidade de São Paulo, as oportunidades de empregos e a questão da moradia, ou seja, aborda a realidade da situação da população negra, que logo após a Lei Áurea de 1888 no Brasil, ficou livre dos grilhões da escravidão, mas teve de agir para enfrentar o preconceito e a discriminação existentes na sociedade. Há muitas críticas a Florestan e à sua obra, observando que nela o autor atribui ao negro uma patologia social, que os negros não estavam organizados e que isso tinha impacto na vida deles, que a herança da escravidão refletia diretamente na vida dos negros, os levando ao vício ao álcool, famílias

desestruturadas/desajustadas, ou que as desigualdade racial era resultado das diferenças de classes e que sumiriam com o desenvolvimento do capitalismo. Estou ciente de todas essas críticas e, sem desconsiderá-las, neste trabalho o meu objetivo é olhar para o livro de Florestan de uma maneira a decifrar o que significa ser branco e como o branco é ali retratado pelo sociólogo.

No livro percebemos que ao contrário dos imigrantes europeus e dos “brancos nacionais” que já tinham seu espaço reservado na República, algo que já havia sido preparado desde a época do Império, a população negra acaba, segundo o autor, ficando deslocada nesse novo sistema, pois a maior parte dela não se encontraria qualificada para o mercado industrial das grandes capitais brasileiras, como era o caso de São Paulo. O recorte geográfico da obra de Florestan fica limitado a cidade de São Paulo, não leva em consideração outras capitais espalhadas pelo país, com dinâmicas diferentes da capital paulista, pois estas se encontravam num ritmo mais lento de industrialização, mas mesmo assim, pode-se levar em conta o que é encontrado no livro, pois muitos dos relatos e das situações encontradas nele são semelhantes a vivências de pessoas não-brancas que vivem em outros estados, seja no interior ou na capital. Os negros que optaram por viver nas cidades acabaram ficando às margens da sociedade, morando em cortiços ou em lugares absolutamente insalubres e submetidos às estruturas racistas que impediram seu avanço social.

Com a mão de obra dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil no decorrer do século XIX, são poucas as pessoas não-brancas que conseguem prosperar social e financeiramente nesse regime de classes e industrial acelerado que acontece em São Paulo, por conta disso, a maioria dessas pessoas que conseguem algum êxito acabam, ou atuando no serviço público, ou atuavam também nos níveis mais baixos do operariado urbano e alguns poucos eram apadrinhados por famílias influentes e abastadas da sociedade paulista. Entretanto, mesmo com foco na situação da população negra na sociedade de classes, a obra de Florestan nos deixa lúcido que esse “legado branco” deixado ao negro, na verdade beneficiou muito as pessoas brancas que viviam e as que passaram a viver em São Paulo, as práticas de favorecimento existentes que ocorriam entre empregadores e empregados brancos na cidade é um exemplo evidente, pois mesmo nas ocupações em que os negros da

cidade de São Paulo já estavam habituados, foram substituídos pela mão de obra do imigrante europeu, o próprio Florestan nos mostra isso ao falar que:

O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-los a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes. Aliás, a esse respeito é preciso ter em mente que o “estrangeiro” competia no mercado de trabalho e de capitais mesmo com os “brancos” das camadas dominantes e que os vários grupos nacionais em presença disputavam sem rebuços toda e qualquer oportunidade econômica promissora ou lucrativa, por mais penosos ou duros que fossem os "sacrifícios" requeridos.( FERNANDES, 2021 p. 69)

Podemos notar no trecho acima que, conforme Florestan, os brancos europeus que foram para São Paulo já tinham seus lugares definidos e que quem de fato disputava algum cargo com eles eram os chamados “brancos nacionais” e que o espaço ocupado pela população negra no mercado lhe foi tirado sem empecilho algum, contribuindo ainda mais para a situação precária na qual se encontrava a população negra. Óbvio que não foi toda pessoa negra que ficou à deriva na sociedade paulista, mas é fato que a maior parte acabou sendo prejudicada.

Na obra, Florestan Fernandes também contribui para a desmistificação do mito da democracia racial, uma interpretação derivada de Gilberto Freyre que dizia que no Brasil haveria igualdade entre as raças e que a mestiçagem foi algo benéfico para o país, pois se tornou um lugar onde pessoas brancas e não brancas viviam todas em paz. Diante da inexistência de conflitos raciais e da impossibilidade de definir, afinal, quem é branco e quem é negro, todos teriam as mesmas condições de ascensão na sociedade brasileira.

Por outro lado, podemos questionar por qual motivo Florestan utiliza as aspas para a palavra "branco" e não faz o mesmo com "negros", "pretos", "pardos" e "mulatos"? Qual é a implicação desse uso das aspas em relação ao ponto de vista do autor? Ao colocar uma palavra entre aspas devemos saber que por vezes ocorre uma alteração do seu sentido original. Nesse contexto, Florestan parece questionar se aquelas pessoas eram verdadeiramente brancas. Isso está relacionado com a ideia de invisibilidade dos brancos e com o argumento de que no Brasil não existem brancos, visto que todos são mestiços. Dessa maneira, Florestan parece estar adotando teses semelhantes às de Gilberto Freyre sobre mestiçagem.

Por mais que Florestan tente se distanciar desse conceito, ao usar as aspas duplas ao se referir ao "branco" nacional, ele inadvertidamente perpetua a noção de que os brancos nacionais não são de fato brancos, mas sim mestiços ou menos brancos do que os brancos imigrantes. Portanto, ao empregar o termo "branco" entre aspas, Florestan sugere que ele próprio não acredita que essas pessoas sejam verdadeiramente brancas, mas sim produtos da miscigenação brasileira.

A verdade é que, por trás desse mito, a elite branca tentou estender para os tempos de liberdade as antigas formas de domínio e vantagem para manter uma “paz” social, garantido que não houvesse uma inquietação por parte da população não-branca. Qualquer manifestação que demonstrasse insatisfação ou desacordo com o racismo e com a democracia racial seria desqualificada, silenciada, censurada, criticada ou mesmo reprimida, como foi o caso de Lima Barreto, que em *Recordações do escrívão Isaías Caminha* denuncia, em certo ponto, o poder do racismo na sociedade brasileira. Barreto foi criticado por críticos literários, como aponta Petrônio Domingues:

Tal abordagem causou desconforto em alguns críticos literários. Veiga Miranda, por exemplo, em artigo publicado em São Paulo sobre *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, censurou o que viu como um exagero do autor ao tratar do “preconceito de cor”: “Estamos muito longe dos Estados Unidos. Poder-se-ia dizer antes que uma dose de mulatice até influi favoravelmente na carreira do indivíduo”. (DOMINGUES, 2014, p. 252)

Podemos perceber aqui que a branquitude também é exercida através de intelectuais que faziam parte dessa elite dominante e que criaram um mito para que não houvesse nenhum tipo de afronta à manutenção e estrutura de poder comandada pelos brancos. Para analisar a obra de Florestan, achei necessário dialogar com autores e autoras que são referências nos estudos sobre branquitude, autores como William Edward Burghardt Du Bois, Frantz Fanon, Alberto Guerreiro Ramos, Lia Vainer Schucman, Liv Sovik, Maria Aparecida Bento, Ruth Frankenberg, David Roediger, Karl Monsma, entre outros. Cada um desses autores tem obras que enriquecem esse diálogo sobre branquitude, um conceito ausente no livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, o Legado da “Raça Branca”*.

Lia Schucman, por exemplo, em sua excelente tese de doutorado intitulada *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista* faz o estudo usando o mesmo recorte geográfico que Florestan usou

em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, além também de mostrar que boa parte da população ainda carregava a ideia de inferiorização dos negros em relação aos brancos, como se houvesse uma hierarquia entre as “raças”. Lia Schucman comenta sobre essa ideia de hierarquia em sua tese, mas ao invés de focar sua pesquisa sobre a situação do negro na sociedade paulista, Schucman busca, segundo palavras da própria autora, “compreender e analisar como a ideia de raça e os significados acerca da branquitude são apropriados e construídos por sujeitos brancos na cidade de São Paulo” (SCHUCMAN, 2012, p. 07). Na tese é percebido como pessoas brancas têm conhecimento de seus privilégios frente a pessoas não-brancas, elas reconhecem que há uma hierarquia inclusive entre pessoas brancas, que passa por classe, gênero e fenótipo. Em outra análise feita por Schucman, mas dessa vez sobre a obra *Black Reconstruction in the United States*, de Du Bois, que trata da situação dos Estados Unidos após a Guerra Civil que deu fim à escravidão, ela faz o seguinte comentário:

O autor apresenta uma dinâmica que entrelaça as categorias de raça, classe e status, demonstrando que a aceitação do racismo pela classe trabalhadora branca daquela época foi uma forma de se apropriar de benefícios, que Du Bois nomeou de salário público e psicológico, que resultavam em acessos a bens materiais e simbólicos, que os negros não podiam compartilhar. Ou seja, os brancos trabalhadores, ao aceitarem a raça como um divisor, dessa classe, se aproximavam dos brancos de todas as outras classes sociais, dividindo com estes os mesmos acessos a lugares públicos, o mesmo direito a voto e, portanto, o status dado à branquitude. (SCHUCMAN, 2012. p. 18)

Assim como foi visto na obra de Du Bois que os brancos trabalhadores aceitaram a raça como um divisor de classe social, em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, o Legado da “Raça Branca” é notável que, do ponto de vista de Florestan, os brancos trabalhadores em São Paulo, sejam eles nacionais ou imigrantes, também perceberam esse fato e se utilizaram desse artifício para se beneficiar socialmente, pois antes mesmo dos imigrantes europeus aqui chegarem, já havia uma preocupação sobre onde alocá-los, para onde destiná-los e a preocupação com a criação de leis e medidas que visavam a substituição da mão de obra negra, pela mão de obra do imigrante europeu. Tais leis beneficiavam os empregadores e grandes proprietários de terra, para onde esses imigrantes eram destinados.

Porém, é importante trazer ao leitor as ressalvas necessárias em relação às expectativas das autoridades governamentais sobre o lugar que desejavam destinar os imigrantes e a efetiva realidade dessas expectativas. Muitos dos imigrantes europeus não permaneceram exclusivamente no mundo rural, alguns migraram para as cidades em busca

de melhores oportunidades de trabalho e não se sujeitaram aos antigos proprietários de terras, mas buscaram autonomia e a melhoria de suas condições de vida. Além disso, as greves e os movimentos de trabalhadores também foram uma realidade, demonstrando que as formas de controle social propostas pelas autoridades não foram plenamente eficazes.

Houve uma dinâmica de resistência e reconfiguração das expectativas governamentais que também foi imposta aos trabalhadores brancos. Embora as autoridades tivessem o objetivo de controlar e disciplinar os trabalhadores, eles também buscaram seus próprios interesses, realizando greves e reivindicando melhores condições de trabalho. Essa ressalva nos leva a compreender a complexidade e a dinâmica das relações sociais e laborais no contexto abordado.

Um exemplo lúcido de tal fato anteriormente mencionado foi a Carta Régia de 02 de maio de 1818<sup>2</sup> que visava a imigração de colonos suíços para o Brasil e em 1850 temos a Lei de Terras<sup>3</sup> que incentivava a utilização da mão de obra assalariada dos imigrantes europeus e junto favorecia os latifundiários no Brasil. Já em contraste a essas leis que incentivavam a vinda de imigrantes europeus, pessoas brancas, temos já no período republicano, em 1890, quando o Brasil era presidido por Floriano Peixoto, a Lei Glicério<sup>4</sup>, que visava dificultar a entrada de asiáticos e africanos em solo brasileiros. Sobre tal lei Angélica Ricci Camargo diz:

A primeira dessas medidas foi aprovada em 1890, pelo decreto n. 528, de 28 de junho. Conhecido como Lei Glicério, o ato regularizou o serviço de introdução e localização de imigrantes, facultando a livre entrada de indivíduos aptos para o trabalho, que não se achassem sujeitos a ação criminal no país de origem, com exceção dos “indígenas da Ásia ou da África”, aos quais a permissão se daria apenas com a autorização do Congresso Nacional (Brasil, 1896, p. 1.424). Tais exclusões refletiam uma ideologia ancorada na “superioridade biológica, intelectual e cultural dos europeus” (Seyferth, 2002, p. 134), muito presente nos debates da época. No caso dos asiáticos, especificamente japoneses e chineses, as restrições tiveram curta duração, sendo revertidas em 1892, pela lei n. 97, que permitiu a sua livre entrada. (CAMARGO, 2020)

Entre as maneiras que a branquitude pode ser manifestada, estão os elementos mencionados por Camargo ao citar Seyferth a ideia de “superioridade biológica, intelectual e

---

<sup>2</sup> Outorgada pelo Imperador D. João VI, tinha por objetivo a imigração de famílias suíças no Brasil, e concedia a esses imigrantes suíços porções de terra para poderem praticar o cultivo dela, além de outras vantagens.

<sup>3</sup> Lei 601, de 18 de setembro de 1850, visava a regularização do latifúndio e a substituição da mão de obra de escravizados vinda da África, pela mão de obra assalariada de imigrantes europeus.

<sup>4</sup> Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890

cultural dos europeus” em relação aos asiáticos e africanos, essas medidas blindavam os brancos numa competição no mercado de trabalho e contribuíam diretamente no embranquecimento pretendido pela elite brasileira, havia esse “medo branco” em relação a pessoas não-brancas ocuparem um espaço em que não havia sido preparado para elas. Ações semelhantes a essas ocorreram nos Estados Unidos, em *E se o trabalho não fosse branco e masculino?*, David R. Roediger comenta sobre atitudes racistas tomadas por trabalhadores brancos contra pessoas não-brancas:

De fato, Isaac Myers tornou-se um líder trabalhista proeminente quando ele organizou uma cooperativa de trabalhadores de estaleiros em Baltimore após uma greve de ódio massiva de 1865 dos caulkers e carpinteiros de navio brancos ter banido os trabalhadores de estaleiro negros que lá trabalhavam. Apelos sindicais abertamente racistas para banir a imigração chinesa ocorreram do mesmo modo após a Guerra Civil, estabelecendo o foco das políticas trabalhistas na Califórnia e em outras partes. (ROEDIGER, 2013, p.49)

Como se pode ver, trabalhadores brancos reconheciam que tinham privilégios nesse regime de classes, lutavam para mantê-los e se favoreciam disso, a partir daí busco fazer a análise para identificar a forma como Florestan Fernandes caracterizou essa relação de favorecimento entre patrões e trabalhadores brancos na cidade de São Paulo. Além do racismo presente contra as pessoas não-brancas, tais atitudes tomadas sugerem que possivelmente ocorria ali uma certa empatia entre pessoas brancas sobre qual lugar elas mesmas deveriam ocupar. Como já vimos anteriormente, antes mesmo da abolição da escravidão a elite política brasileira já visava planos para o embranquecimento da população, uma preocupação em trazer pessoas brancas aptas para o trabalho e a naturalização brasileira de imigrantes europeus, já havia um “legado branco” preparado para os trabalhadores brancos, antes mesmo do fim do regime servil.

Também é preciso ter noção do que se trata o branco aqui, pois para muitos dos imigrante europeus que para cá vieram em busca de uma vida mais próspera, o branco nacional, não era visto realmente como branco, podemos por exemplo voltar à época do Brasil colônia, no qual os brancos europeus que viviam na metrópole consideravam os filhos dos colonizadores brancos como pessoas com menos prestígios que os que nasciam no continente europeu, sugerindo que já havia concepções de uma hierarquia entre aqueles que se julgavam brancos, haviam fatores a serem considerados, para além da cor e também porque haviam nascido na metrópole até aqueles que se consideravam brancos, ainda que

houvessem nascido no Brasil. Nos dias atuais, também temos uma hierarquia que valoriza a brancura, em que a posse de traços negróides significa ocupar os níveis mais baixos nessa pirâmide, Schucman fala:

Estes significados se diferenciam e variam entre os locais e regiões do globo. No Brasil, os sujeitos que ocupam o lugar de branquitude não são os mesmos em cada região: um mesmo sujeito pode ocupar o lugar simbólico de branco no nordeste do Brasil, em São Paulo ser considerado nordestino e no Rio Grande do Sul ser classificado como pardo ou mestiço. Estas classificações e significados são sempre acompanhados de signos de poder em cada uma das regiões. (SCHUCMAN, 2012, p. 59)

Ao compreendermos a valorização social da branquitude podemos entender a importância de estudar suas implicações nas relações trabalhistas, ver além da ideia de que o racismo é prejudicial ao negro e perceber que esse mesmo racismo está beneficiando alguém. O intuito aqui não é mostrar que a vida dos trabalhadores imigrantes europeus ou dos brancos nacionais foi um mar de rosas, ou que não passaram dificuldades na sociedade paulista, pois assim como pessoas não-brancas, eles também passaram por dificuldades financeiras, falta de direitos trabalhistas e inúmeros outros problemas, vale lembrar que vivemos em um regime de classes e por mais que a brancura seja um elemento vantajoso, ela não livra o branco de todos os problemas existentes em nossa sociedade. Inclusive aqueles que reivindicavam seus direitos e trouxeram de fora seus ideais socialistas e anarquistas foram perseguidos e duramente reprimidos, pois tais atos incomodaram a elite paulista que por intermédio do então deputado Adolfo Gordo criaram o decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, também conhecida como Lei Adolfo Gordo que estabelecia a expulsão de indivíduos estrangeiros que cometessem determinados crimes, entre eles a vagabundagem, a mendicância e o lenocínio<sup>5</sup>.

O objetivo é deixar evidente ao leitor que, mesmo a par das dificuldades que eles poderiam encontrar, esses imigrantes europeus traziam consigo culturas, expectativas sobre o ordenamento social, fenótipos e suas próprias concepções de identidade, que os deixaram em posições mais confortáveis do que a posição em que pessoas não-brancas estavam. Por décadas o padrão normativo do trabalhador assalariado foi compreendido como branco, hétero e masculino, mas como entender por qual motivo ele foi assim na maior cidade da América Latina, num país de maioria que se considera não-branca, é algo a ser minuciado.

---

<sup>5</sup> Lenocínio é o crime cometido através da exploração do trabalho de profissionais do entretenimento adulto ou pelo incentivo à sua prática.

O portal de web notícias *GI* publicou em 17 de julho de 2022 uma reportagem<sup>6</sup> em que a companhia B3, empresa voltada para a área de infraestrutura de mercado financeiro, exigia que as empresas explicassem a "falta de diversidade" em seus cargos de liderança. Ao considerar a falta de diversidade, a B3 levou em conta os grupos que ela considerava minoritários eram pessoas negras, pardas, membros da comunidade LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, porém também sabemos que mesmo nesses grupos minoritários a branquitude também é exercida, basta refletirmos que pessoas brancas pertencentes a esses grupos também conseguem usufruir de vantagens perante a pessoas negras que pertencem ao mesmo grupo, simplesmente por sua brancura. Mas para podermos compreender como se faz o presente, devemos buscar e compreender o que aconteceu no passado.

Sobre a estrutura deste trabalho de conclusão de curso, optei por dividi-lo em três capítulos. O primeiro capítulo abordará a revisão bibliográfica e os referenciais teóricos e metodológicos, no qual comentarei sobre os estudos que consultei e que serviram para nortear minhas interpretações e os conceitos empregados. O segundo capítulo é mais voltado sobre as desigualdades raciais e a branquitude no contexto do trabalho no Brasil, abordando sobre a branquitude, seus impactos na experiência dos trabalhadores negros, a ocupação de mulheres negras no setor doméstico e a dinâmica da branquitude. E no terceiro capítulos falarei sobre as existentes relações de favorecimentos, desigualdade social no Brasil e a persistência da branquitude como sistema de privilégio em nossa sociedade.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO**

### **2.1 Revisão bibliográfica**

Para estabelecer diálogo com autores e estudos que tratam da branquitude como um lugar de vantagens materiais e simbólicas, a obra de Florestan Fernandes é relevante, pois nos traz uma análise histórica e sociológica sobre as desigualdades raciais e de classe existentes no Brasil. A partir da análise feita por Fernandes, buscarei demonstrar como a branquitude se torna uma ferramenta de vantagem para os trabalhadores brancos,

---

<sup>6</sup> **B3 quer que empresas expliquem falta de diversidade em diretoria e conselho.** *g1.globo.com*, 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/17/b3-quer-que-empresas-expliquem-falta-de-diversidade-em-diretoria-e-conselho.ghtml>. Acesso em: 28/08/2023

perpetuando as desigualdades socioeconômicas e raciais no país. Dessa maneira, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, o Legado da “Raça Branca”* de Florestan Fernandes pode ser utilizada como referência para nos ajudar a compreender as raízes da branquitude e suas implicações na sociedade brasileira.

A obra de Florestan já foi analisada e criticada por diversos autores que estudaram branquitude e raça no Brasil e teve um marcante impacto no ativismo negro da época. Entre os autores que analisaram o livro podemos citar Lourenço Cardoso, Lia Schucman, Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzalez, Maria Aparecida Bento entre outros. Também há o fato de Florestan ter sido criticado por atribuir ao negro uma patologia social herdada do regime escravocrata. Embora Florestan Fernandes seja um ponto importante de referência para entender a dinâmica social do negro na sociedade de classes, este trabalho irá focar nos impactos da branquitude nas relações estabelecidas entre patrões e trabalhadores brancos, seja ele nacional ou imigrante europeu.

Nos estudos produzidos nos Estados Unidos, destacam-se as obras de William Edward Burghardt Du Bois, David R. Roediger e Ruth Frankenberg, que abordam a questão racial e as relações de trabalho. Du Bois observa a possibilidade de mobilidade social para os trabalhadores brancos e negros, ressaltando as vantagens que os brancos recebiam em comparação aos negros.

Em seu livro Du Bois fala que tanto o imigrante, quanto o trabalhador nacional, conseguem perceber que há a possibilidade de uma mobilidade social na qual eles podem ascender socialmente e assim deixar de lado o trabalho braçal e passar a ocupar um lugar de melhor prestígio. Porém Du Bois percebeu que o trabalhador branco estadunidense do século XIX, recebia variados tipos de vantagens se comparado com o trabalhador negro, mas também traz notas que haviam brancos conscientes desta desigualdade dos negros e que objetivavam desfazê-las, inclusive trazendo falas do ex-presidente Abraham Lincoln sobre o que ele desejava para a nação.

Com isso podemos também dialogar com o livro *Reconstrução Negra na América: 1860–1880*, de William Edward Burghardt Du Bois e com *A miragem de uma Branquitude não marcada*, de Ruth Frankenberg. Na obra de Du Bois ele fala que tanto o imigrante, quanto o trabalhador nacional, conseguem perceber que há a possibilidade de uma

mobilidade social na qual eles podem ascender socialmente e assim deixar de lado o trabalho braçal e passar a ocupar um lugar de melhor prestígio.

Roediger, por sua vez, discute os privilégios dos trabalhadores brancos, contribuindo para a compreensão das vantagens materiais e simbólicas associadas à branquitude. Sua análise aponta para a existência de uma hierarquia racial que beneficia os trabalhadores brancos, perpetuando as desigualdades socioeconômicas. Na obra de Roediger é possível identificar uma abordagem de como a branquitude agiu nos sindicatos de ferroviários, indicando que os afro-americanos enfrentavam barreiras e resistência em seu progresso profissional. Além disso, também é mencionado como os trabalhadores brancos eram beneficiados pela mão de obra de negros com especialização superior que lhes eram atribuídos como auxiliares. Tal dinâmica evidencia uma desvantagem dos trabalhadores negros em relação aos trabalhadores brancos:

Reed descreveu amplas mudanças nas atitudes de trabalhadores brancos, muitas vezes sulistas, e notou um crescimento na troca de gentilezas e mesmo nas amizades no local de trabalho cruzando a linha de cor. Ela descobre que um curioso tipo de orgulho em conhecer e se relacionar com trabalhadores negros se desenvolveu entre os brancos que trabalhavam na indústria. Mas a distinção entre “amizades da fábrica” e “socialização” além do portão da fábrica permaneciam clara, e a proximidade permanecia confinada ao local de trabalho. O que Reed não destaca muito é a complexidade adicional que emerge do fato dos trabalhadores negros estarem sendo introduzidos, e mantidos, nas quatro ocupações de baixos salários da fábrica, sem importar o seu grau de qualificação. (ROEDIGER, 2013, p. 30)

Roediger nos traz que independente do grau de instrução da pessoa negra, ela se encontraria num cargo inferior ao do homem branco, por mais que a pessoa negra fosse mais apta ao cargo. Frankenberg, em "A miragem de uma Branquitude não marcada", também se dedica ao estudo da branquitude nos Estados Unidos. Ela destaca como a identidade branca é construída e mantida, analisando as noções de privilégio e normatividade branca na sociedade.

Na historiografia brasileira, Marcus Vinicius de Freitas Rosa e Karl Monsma investigam as relações entre trabalhadores no contexto pós-abolição. Rosa, em sua tese de doutorado intitulada "*Além da Invisibilidade: História Social do Racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*", revela a preocupação da elite brasileira em embranquecer o país, privilegiando a imigração europeia como forma de promover o progresso e afastar a presença africana. Essa perspectiva evidencia a associação entre branquitude e sucesso econômico na sociedade brasileira. Tal preocupação não se limitava

somente à região sudeste, o professor e historiador Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa, comenta em sua tese de doutorado que embranquecer a população também era de grande interesse para a região sul do país:

Maciel da Costa deixava evidente que sua concepção de “substituição” implicava uma comparação e uma escolha: eram os trabalhadores europeus, não os africanos, os mais adequados para conduzir o Rio Grande do Sul e o Brasil na “marcha econômica” das “nações cultas”. Só assim a capitania sulina estaria “protegida” das indesejáveis consequências da presença africana. Seria possível que a “substituição” proposta pelo conselheiro imperial implicasse uma noção de raça? Ou tratava-se meramente de uma perspectiva eurocêntrica? Repare-se que os termos utilizados por Maciel da Costa foram “população branca”, “Europa” e “europeus”. Até então, a palavra raça propriamente dita não foi enunciada. (ROSA, 2014, p.49)

Além disso, na obra *Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros*, de Karl Monsma, é perceptível a análise das vantagens e desvantagens de diferentes grupos sociais: os brancos nacionais, os imigrantes europeus e os negros, mas diferente de Florestan que foca seu estudo num recorte geográfico voltado para a cidade de São Paulo, Monsma usa como recorte geográfico o município de São Carlos, localizado na região centro-oeste do estado de São Paulo. Mesmo sendo em regiões diferentes, o recorte temporal é o mesmo, o final do século XIX e início do século XX, mas mais que isso, em ambos trabalhos os autores percebem a vantagem que os brancos obtiam frente aos negros. Monsma, destaca que os negros não eram excluídos do mercado de trabalho, mas aponta para outras formas de vantagens dos imigrantes brancos e desvantagem dos negros. Esses trabalhos contribuem no diálogo com a obra de Florestan Fernandes sobre a situação do negro na sociedade de classe e os privilégios que os trabalhadores brancos tinham, perpetuando as desigualdades raciais e sociais no Brasil. Vejamos a seguir o exemplo de uma dessas vantagens:

Cotejando este censo com o censo agropecuário estadual de 1904-5, comparam-se os diferentes grupos no que diz respeito à ocupação, acesso à propriedade, estrutura familiar e alfabetização. Os resultados mostram que negros não eram excluídos do colonato, nem de outros empregos manuais, mas evidenciam outras formas de vantagem dos imigrantes e desvantagem dos negros. (MONSMA, 2010, p. 512)

Podemos perceber aqui nesse trecho do texto de Monsma, que o branco, ainda mais o imigrante europeu, possuía boas vantagens na sociedade, pois ainda na época do Império já havia a preocupação em reservar o trabalho nas lavouras para o imigrante europeu. Além disso, é importante dialogar com os estudos brasileiros sobre branquitude, iniciando com as reflexões de Alberto Guerreiro Ramos. O autor critica a visão de patologia social atribuída

ao negro e destaca o desequilíbrio na autoestima dos brasileiros, especialmente dos brancos, em relação à sua condição étnica. Sua análise ressalta a influência do racismo na sociedade brasileira e como isso afeta a percepção e a valorização da ancestralidade negra.

Convém lembrar que Florestan Fernandes havia atribuído uma “patologia social” ao negro, ou seja, uma visão que contribuía para um imaginário estereotipado da pessoa negra, lhe imputando estigmas perante à sociedade, fazendo com que os brancos que tivessem alguma ancestralidade negra em seu sangue, rejeitassem ou tivessem vergonha de sua origem. Para o branco nacional, portar traços negróides não era visto com bons olhos. Alberto Guerreiro Ramos comenta sobre esses brancos que buscavam apagar sua parcela de sangue negro, em seu artigo chamado *Patologia do “branco” brasileiro*, diz:

Esta patologia consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões (Norte e Nordeste), as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua autoavaliação estética, um protesto contra si próprias, contra sua condição étnica objetiva. E é este desequilíbrio na auto-estima, verdadeiramente coletivo no Brasil, que considero patológico. Na verdade, afeta a brasileiros escuros e claros, mas, para obter alguns resultados terapêuticos, considere aqui, especialmente, os brasileiros claros. (RAMOS, 1955, p. 177)

Podemos ver com Guerreiro Ramos, hoje tido como um “precursor” dos estudos raciais com foco no branco aqui no Brasil, que ele nota e indica que na sociedade brasileira ao mesmo tempo em que existe uma forte indicação de inferioridade negra, também existe um forte ideal de superioridade branca, que quanto menos genes negro tiver, melhor é. Tal fato faz com que as pessoas, num país etnicamente diversificado como o Brasil, se entendam mais como brancas e tenham um forte desejo pela branquitude e assim se distanciem de tudo que remeta a uma origem não-branca.

Portanto, ao considerar os estudos produzidos nos Estados Unidos, como os de Du Bois, Roediger e Frankenberg, seguidos pelas pesquisas de Marcus Vinicius de Freitas Rosa e Karl Monsma sobre as relações entre trabalhadores no pós-abolição no Brasil, e em seguida, dialogar com os estudos brasileiros sobre o branco no Brasil, iniciando com Alberto Guerreiro Ramos, é possível ampliar a compreensão das desigualdades raciais e de classe no contexto brasileiro e sua relação com a branquitude. Essa abordagem permite uma análise mais abrangente sobre as estruturas sociais e as dinâmicas que perpetuam as desigualdades no país.

O fato de Florestan Fernandes perscrutar mais a fundo a temática racial e sua forte ligação com integrantes do movimento negro no Brasil contribuíram para escolha do tema

deste trabalho. Em uma entrevista em comemoração ao centenário de Florestan Fernandes, que se encontra no canal do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na plataforma digital *Youtube*, Milton Barbosa faz um comentário sobre a importância de Florestan Fernandes e do título *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*:

Na realidade, antes da fundação do Movimento Negro Unificado, nós fazíamos um trabalho no Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) e a obra de Florestan Fernandes era uma das obras que debatíamos. Então foi muito importante esta leitura, e depois estas opiniões foram essenciais em meados de 1970, isso influenciou muito as ações do movimento negro. Então quando temos o MNU, uma das obras muito citadas e debatidas era *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. (BARBOSA, 2020)<sup>7</sup>

Como podemos ver, a obra teve uma certa importância nos círculos e debates do movimento negro da época, ajudando assim nas lutas e direitos que o movimento reivindicava e ajudando a combater a ideia falaciosa de superioridade racial e cultural branca e europeia que a sociedade pregava e abraçava na época, uma ideologia de superioridade racial e cultural que acabava por impossibilitar o negro de se mobilizar socialmente e que favoreceu muito o branco. Com isso é possível entender que a obra de Florestan também foi de grande importância para compreender sobre a situação em que o negro se encontrava no regime de classe e assim contribuir com uma solução para que o negro pudesse ascender socialmente.

Não faltam registros e trabalhos que mostram a preocupação que a elite brasileira tinha em embranquecer o país e inserir esses brancos no mercado de trabalho, ligando o fato de serem brancos e europeus ao progresso que o país poderia obter ao receberem, deixando evidente o fator racial por trás de tais medidas. Para além dos autores já mencionados, quem muito contribuiu também para os estudos da branquitude no Brasil e também fez uma profunda análise sobre *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, foi Maria Aparecida Bento, inclusive ela faz o questionamento que encontramos nos trabalhos de Lia Schucman e de Lourenço Cardoso. Bento em *Psicologia Social do Racismo* diz:

Ao ler os dois volumes de *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes, fica visível a indignação com o racismo, a violência da escravidão e as consequências desta violência sobre o negro; no entanto, ele praticamente deixou de fora o branco, como branco. Ele fala frequentemente sobre as consequências, o impacto da escravidão sobre o negro e cita, inclusive, a palavra "deformação": "a escravidão deformou o seu agente de trabalho,

---

<sup>7</sup> Esta citação é um trecho de uma entrevista disponível na plataforma de vídeos *YouTube* no vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=9pzwAj8cV9w> no minuto 2:07 acessado em 10/03/2023

impedindo que o negro e o mulato tivessem plenas possibilidades de colher os frutos da universalização do trabalho livre em condições de forte competição imediata com outros agentes humanos" (1978, v. I, p. 52). No entanto, Florestan não aborda a deformação que a escravidão provocou na personalidade do branco. Aliás, a decisão de escravizar ou a omissão frente ao sistema escravocrata já carrega em si indiscutíveis sinais de deformidade moral e ética. Como um estudioso de sua envergadura pôde deixar de analisar detidamente essa dimensão tão explícita do grupo branco, ao mesmo tempo em que conseguiu debruçar-se sobre a "deformidade" negra? (BENTO, 2016, p. 53)

Ao questionar Florestan, Cida Bento traz uma questão muito importante: por qual motivo o branco não foi estudado e analisado? Mas nem por isso Cida Bento deixa de reconhecer a importância da obra dando sua contribuição para a desmistificação do mito da democracia racial no Brasil. Segundo palavras da autora, o valor da obra de Florestan Fernandes *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, “é imenso no sentido de revelar uma sociedade profundamente desigual” (BENTO, 2002, p.15). Cida Bento também traz questões importantes sobre como a branquitude e o racismo têm um papel essencial na manutenção de privilégios para os brancos no mercado de trabalho. Tais privilégios, que Florestan identifica que o trabalhador branco tem na sociedade paulista, com o mecanismo que dava clara preferência para o imigrante branco e à mão de obra nacional branca, é algo que ele obtém em outras capitais e algo que perdura até hoje. Cargos de menor prestígio acabam ficando para pessoas negras. Bento também nos traz esse ponto:

A segunda importante constatação é relativa aos rendimentos: o rendimento salarial médio do trabalhador branco, em qualquer região estudada do país, é mais que o dobro do rendimento percebido pelo trabalhador negro.

Esses dados expressam uma realidade que tem a ver com:

- a entrada mais precoce no mercado de trabalho;
- a maior inserção dos negros nos setores menos dinâmicos da economia;
- a alta participação dos negros nos setores mais precários, ou de seus empregos (sem carteira assinada, sem direitos sociais);
- a concentração dos negros em atividades manuais.

Quando se analisa também o tipo de trabalho e as funções desempenhadas, a situação desvantajosa dos negros salta à vista: o número de empregadores negros não chega à metade do número de empregadores brancos em todas as regiões metropolitanas; trabalhadores negros têm duas a três vezes menos acesso às funções de direção e planejamento; em contrapartida, ocupam maior número de funções não-qualificadas, de execução e apoio em serviços gerais; o contingente de mulheres negras em atividades domésticas é sempre muito elevado em todas as capitais pesquisadas. (BENTO, 2002, p.18)

A partir da citação acima, seria possível sugerir que o “legado branco” adaptou-se a novos contextos. Aquilo que Florestan havia comentado no passado sobre os cargos que a

maioria das mulheres negras conseguiram continua sendo parcialmente válido para o presente, já que houve melhorias na situação da mulher negra no espaço do mercado de trabalho, há mulheres negras em cargos de lideranças, chefias e em direções de empresas, mas os dados apresentados por Bento provam que ainda há uma disparidade considerável entre brancos e negros. É importante trazer não somente a questão de raça e classe ao falar sobre branquitude, a questão de gênero é igualmente importante, pois nessa hierarquia a mulher negra se encontra na base da pirâmide.

Porém, por mais que Florestan tivesse uma certa proximidade com o movimento negro e que sua obra fosse voltada para temas que se relacionassem à população negra, ao não priorizar outros fatores em detrimento da questão de classe, Florestan pecou ao achar que os problemas da população negra eram simplesmente por questões como um “atraso cultural”, atribuindo em parte ao negro a culpa pela situação em que se encontrava na sociedade, se esquecendo que havia um forte teor racista que se fazia presente em todas as classes sociais e que esse fator contribuía para prejudicar os negros e alavancava socialmente as pessoas brancas. Carlos Hasenbalg e Lélia Gonzalez, outros dois grandes intelectuais do campo da sociologia alertaram sobre isso em sua obra, *Lugar de Negro* fazendo uma análise muito precisa:

Num caso, o papel da raça na geração das desigualdades é negado, noutro, o preconceito racial é reduzido a um fenômeno de classe e, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente a possibilidade de coexistência do racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista (HASENBALG, 1982. p. 88).

Numa época em que a UNESCO patrocinou estudos voltados para a questão da temática das relações raciais no Brasil, seria interessante e crucial, Florestan usar os brancos como objeto central de estudo para entender o motivo pelo qual negros e indígenas não conseguiram ascender socialmente num sistema criado pelos brancos, pois a imobilidade social que barrava a ascensão de negros e indígenas, não era causada por eles, mas sim causada pelos brancos e seus pactos<sup>8</sup>, pois ascender socialmente era somente um privilégio destinado aos brancos.

---

<sup>8</sup> Aqui me refiro à tese de doutorado de Maria Aparecida Bento intitulada *PACTOS NARCÍSICOS NO RACISMO: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* e os pactos que há entre as pessoas brancas para se manterem como grupo dominante.

## 2.2 Referenciais teóricos e metodológicos

Entre as autoras e autores que contribuíram para o campo de estudos da branquitude, sejam eles autores nacionais ou internacionais, com trabalhos mais recentes ou mais antigos, destaco autores como Lourenço Cardoso, Cida Bento, Edith Piza, Du Bois, Guerreiro Ramos, Lia Schucman, Ruth Frankenberg, Liv Sovik. São intelectuais que dedicaram grande parte de suas vidas aos estudos sobre Branquitude e seria impossível buscar o conceito de branquitude sem mencioná-los neste trabalho. Frankenberg é umas das referências mundiais quando se trata dos estudos sobre branquitude, contribuiu com outras importantes obras, mas o que gostaria de destacar é o fato de que ela enumera oito pontos sobre a branquitude e os caracteriza e nos ajuda a compreender melhor a questão quanto a diferença entre um branco do Brasil e um branco imigrante europeu, o quarto e o quinto ponto elucidam ao leitor. Vejamos a seguir quais são esses oito pontos:

1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquitude é um "ponto de vista", um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais
3. A branquitude é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou 'normativas' em vez de especificamente raciais.
4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
5. Muitas vezes a inclusão na categoria branco é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteira da própria categoria.
6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam.
7. A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.
8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irrealis em seus efeitos materiais e discursivos. (FRANKENBERG, 2004, p.312)

Por diversas vezes vemos relatos de brancos brasileiros que passam por casos de xenofobia em países europeus e norte-americanos exatamente por não serem vistos como brancos, por terem sua brancura questionada e não poderem exercer os privilégios que

tinham em seu país de origem, pois não são vistos como pessoas brancas, mas como latinos. Mostrando como a branquitude pode ser um assunto complexo e a maneira como se manifesta e ocorre dentro do Brasil temos trabalhos de Liv Sovik e Lia Schuman. Schucman comenta sobre isso em sua tese, que pessoas podem ter sua brancura questionada dentro do próprio país e que isso ocorre normalmente quando pessoas migram de uma determinada região para outra. Schucman escreve:

Como visto anteriormente, a branquitude é produto da história e uma categoria relacional, não tem significados intrínsecos, mas sim, socialmente construídos em espaço e tempo (Frankenberg, 2004). Estes significados se diferenciam e variam entre os locais e regiões do globo. No Brasil, os sujeitos que ocupam o lugar de branquitude não são os mesmos em cada região: um mesmo sujeito pode ocupar o lugar simbólico de branco no nordeste do Brasil, em São Paulo ser considerado nordestino e no Rio Grande do Sul ser classificado como pardo ou mestiço. Estas classificações e significados são sempre acompanhados de signos de poder em cada uma das regiões. (SCHUCMAN, 2012, p.59)

Enquanto Liv Sovik diz que:

A identificação do Brasil como país mestiço foi, no início do século XX, uma resposta da auto-estima brasileira à ideologia do embranquecimento, uma inovação emancipatória no discurso de identidade nacional. E continua sendo, de certa forma, quando se trata das relações com o eurocentrismo. Em um país mestiço, os brancos são irrelevantes, pois a questão é de misturar-se, deixar-se misturar, reconhecer-se como produto da mistura, o que, paradoxalmente, sempre é possível sem deixar de ser branco. Pois ser branco no Brasil é ter a pele relativamente clara, funcionando como uma espécie de senha visual e silenciosa para entrar em lugares de acesso restrito. O branco aparece como problema, hoje, porque a militância cultural e política negra e as estatísticas oficiais informam que o Brasil não é só um país de mestiços, mas de negros-e-pardos, de um lado, e de brancos, do outro. (SOVIK, 2005, p.171)

Vemos em ambos trabalhos, de Schucman e de Sovik, que a branquitude e a brancura é avaliada, varia e se manifesta de maneira diferente conforme a região em que a pessoa vive, a classe a qual ela pertence e também é influenciada por outros fatores. Ainda que seja um termo relativamente novo, é plausível fazer o seguinte questionamento: será que pessoas brancas reconhecem essas ferramentas à qual elas dispõem perante uma pessoa não-branca ou perante uma pessoa julgada como sendo não tão branca? Edith Piza ao definir branquitude diz:

Branquitude não diz respeito aos discursos ingênuos que afirmam: "somos todos iguais perante Deus, ou perante as leis"; ao contrário, reconhece que "alguns são mais iguais do que os outros" e reverte o processo de se situar no espaço dos mais iguais para reivindicar a igualdade plena e de fato, para todos. É primeiramente o esforço de compreender os processos de constituição da branquitude para estabelecer uma ação consciente para fora do comportamento hegemônico e para o

interior de uma postura política anti-racista e, a partir daí, uma ação que se expressa em discursos sobre as desigualdades e sobre os privilégios de ser branco, em espaços brancos e para brancos; e em ações de apoio à plena igualdade. (PIZA, 2005, 07-08).

Ou seja, uma consciência que tem que surgir dos brancos a partir dos privilégios que eles carregam. Pensamento semelhante ao que Edith comentou sobre o branco reconhecer as benesses que ele usufrui na sociedade, nos trabalhos de Lourenço Cardoso vemos que há uma parcela da população branca que reconhece o fato de serem privilegiadas em nossa sociedade e que nessa parcela de brancos há dois tipos, aqueles que vão contra uma ideologia racista e àqueles que apoiam e lutam pela perpetuação de seus privilégios por serem brancos, e para deixar o leitor mais situado em como identificar a maneira que a branquitude se manifesta, Cardoso nos traz os conceitos de branquitude crítica e branquitude acrítica que:

Denominarei “branquitude crítica” àquela pertencente ao indivíduo ou ao grupo de brancos que desaprova publicamente o racismo. Em contraposição a essa perspectiva, nomearei “branquitude acrítica” a identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial” (CARDOSO, 2008, p.178).

Esse discurso de superioridade racial, defendido por uma parcela das pessoas brancas, ainda é bem recorrente em nossa sociedade. Ele é percebido ainda nos dias de hoje, seja de maneira velada ou explícita. Um exemplo recente disso ocorreu durante uma sessão plenária na câmara municipal de Caxias do Sul, em que o vereador Sandro Fantinel<sup>9</sup> fez comentários preconceituosos sobre trabalhadores baianos. Ao falar sobre as condições de trabalhos análogos à escravidão, ele pediu que contratassem argentinos, pois estes seriam "limpos, trabalhadores e corretos", e acrescentou que não deveriam mais contratar "aquela gente lá de cima", referindo-se aos trabalhadores baianos. Além disso, afirmou que "a única cultura que os baianos têm é viver na praia tocando tambor" e que "só vivem de festa e carnaval". Essas declarações evidenciam a crença na superioridade racial e cultural, conforme discutido anteriormente sobre os conceitos de branquitude.

Essa ideia de trazer argentinos para trabalhar no lugar de pessoas vindas de outras regiões do Brasil como o Norte e o Nordeste tem muito a ver com o que já vimos sobre a mão de obra branca imigrante, pois os trabalhadores oriundos das regiões do norte e nordeste são em sua maioria pessoas negras, representam bem o Brasil aos olhos dos estrangeiros, um país não-branco, negro, misturado. Moisés Lopes em *A construção social da "branquitude" em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina* comenta sobre como o Brasil é visto de fora por alguns argentinos e nos ajuda a perceber a visão do vereador em relação aos argentinos:

Já o europeísmo tem como marcas essenciais a imigração europeia, representada pela chegada de milhões de estrangeiros, um caldeirão de raças "brancas", e a expulsão ou morte do índio e a inexistência (mais simbólica do que concreta) do "negro". Europeus vivendo na América Latina ou, como definiu Darcy Ribeiro (apud Lins Ribeiro, 2002), um "povo europeu transplantado". Estas são as imagens pelas quais os argentinos se representam e são representados. (LOPES, 2011, p.120)

O vereador Sandro Fantinel reproduz a ideia de superioridade ao se identificar com as ancestralidades europeias, o que reforça o estereótipo do argentino como uma pessoa branca. Isso nos leva a questionar por qual razão o vereador não mencionou outros grupos

---

<sup>9</sup> Sandro Fantinel é um vereador eleito da cidade de Caxias do Sul, membro do partido Patriota e ficou conhecido no Brasil inteiro depois de proferir comentários xenofóbicos direcionados a indivíduos da região nordeste e do norte do Brasil, no contexto de trabalhadores que foram resgatados em condições análogas à escravidão na Serra Gaúcha. Mais informações sobre o caso disponíveis no link: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/28/vereador-de-caxias-do-sul-diz-para-vinícolas-nao-contratarem-baianos-unica-cultura-que-eles-tem-e-viver-na-praia-tocando-tambor-video.ghtml>

de imigrantes que também buscam melhores condições de vida no Brasil, mas que em sua maioria não são vistos como brancos, como os venezuelanos, bolivianos, senegaleses e haitianos. Parece que o vereador Fantinel deseja manter na Serra Gaúcha a predominância de descendentes de europeus, possivelmente devido a história dos colonizadores alemães e italianos que imigraram e se estabeleceram na região durante o século XIX.

Esse discurso reflete uma ideia de superioridade racial, que prega a supremacia das pessoas brancas e dissemina a falácia de que elas são mais confiáveis, limpas e trabalhadoras do que as pessoas não-brancas. É um exemplo do privilégio do branco, acreditar que tem o direito de julgar os outros por questões fenótipos e culturais. Essa perspectiva pode ser complementada pelo conceito de "branquitude" definido por Frankenberg, como mencionado por Edith Piza em "Psicologia Social do Racismo":

Frankenberg vai definir branquitude a partir do significado de ser branco, num universo racializado: um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo (p. 43S.). Muitos de nós, brancos, já experimentaram alguns desses traços de conforto, cuja característica mais evidente encontra-se na sensação de não representar nada além de nossas próprias individualidades.(PIZA, 2002, p.76)

Ao mencionar e comparar as situações vividas entre os imigrantes europeus que vieram para o Brasil no século XIX e os imigrantes argentinos que vêm para o Brasil em busca de melhor condições de vida, pretendo mostrar ao leitor como fator da identidade racial branca já dá à pessoa uma vantagem, se não vantagem, ao menos não lhe dá desvantagens na sociedade. Muitos dos imigrantes europeus que se estabeleceram no país na segunda metade do século XIX, por mais que viessem somente para trabalhar em condições precárias, se encontravam em situações semelhante àquelas que Albert Memmi conceitua aquilo que ele define como o imigrante "colonial" em *Retrato do colonizador*, sobre os colonos europeus que viviam não só na Tunísia, mas sim em qualquer país que fosse colonizado por europeus:

Para convencionar uma terminologia cômoda, distingamos o colonial, o colonizador e o colonialista. O *colonial* seria o europeu vivendo na colônia sem privilégios, em condições de vida que não seriam superiores às do colonizado de categoria econômica e social equivalente. Por temperamento ou condição ética, seria o europeu benevolente, que não teria em relação ao colonizado a atitude de colonizador. (MEMMI, 1957 p.44)

Esse termo utilizado por Memmi define boa parte dos imigrantes que vieram para o Brasil, porém a brancura da pele sempre irá impor privilégios numa sociedade na qual o racismo se encontra enraizado, no qual o padrão normativo é o ser branco, pois ser branco é ser o trabalhador, o pai de família, o aluno modelo e assim por diante. Deve-se ter em mente que a ideia de estudar branquitude é pensar como pessoas brancas costumam se colocar em um patamar daquilo que é o ideal, enquanto negros se tornam os “outros” mesmo sendo maioria no nosso país.

Cida Bento conceitua branquitude de uma maneira bem sucinta ao dizer que branquitude seriam os “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento”(BENTO, 2016, p. 29). Já Lia Schucman em sua tese, objetiva entender quais são os efeitos da raça e do racismo no sujeito branco, indica-nos as discussões e reflexões a respeito deste conceito, e aponta afirmando que:

A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (SCHUCMAN, 2012, p. 23)

Com os conceitos sobre branquitude que já vimos até aqui podemos perceber que a branquitude é algo que sempre mantém os brancos nos centros políticos, econômicos e sociais, algo que sempre os privilegia perante os não-brancos. Na tese de doutorado *Pactos Narcísicos: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, de Maria Aparecida Bento, ela também pensa a branquitude dentro de empresas e de organizações da sociedade civil, pois qual seria a logística que a branquitude desenvolve nesses espaços, o fato de se protegerem e se preservarem enquanto grupo. Pessoas brancas têm em suas mãos, na maioria das vezes, o poder de decisão dentro de empresas, seja poder de contratar, demitir ou promover, assim é percebido esse pacto que há entre os brancos de continuarem garantindo esse domínio e o privilégio na sociedade.

Como buscarei demonstrar, em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, o Legado da “Raça Branca” é nítida a ideia de superioridade racial por parte de alguns jornais e empresas que eram comandadas por pessoas brancas, que não se assumem racistas. Estas pessoas brancas acreditam na ideia falaciosa de que ser branco é ser superior. Inclusive, Florestan apresenta dados estatísticos em que é visível a importância da brancura na hora de

contratar alguém, fornecendo assim subsídios para a análise da branquitude nas relações estabelecidas entre trabalhador branco e patrão branco, seja ele o branco nacional ou o imigrante europeu. É importante fazer essa diferenciação entre o branco europeu e o branco nacional, e para isso, mais uma vez citarei Alberto Guerreiro Ramos que analisa:

Grifo a palavra *branco*, pois que o nosso *branco* é, do ponto de vista antropológico, um mestiço, sendo entre nós, pequena minoria o *branco* não portador de sangue preto. É no Norte e no Nordeste do Brasil, por tanto, onde são mais nítidos os traços da patologia social do "branco" brasileiro, e em nenhum lugar do nosso país mais do que no Estado da Bahia, que apresenta em sua composição demográfica o mais forte contingente de indivíduos de cor (70,19% da população total em 1950). (RAMOS,1955, p.225)

Devemos entender que por vezes a pessoa que se diz branca num país com uma sociedade plurirracial como o Brasil, mesmo tendo dúvidas do quão branca é, pode fazer isso visando os privilégios que sua brancura exerce sobre pessoas negras, talvez buscando subir um degrau na pirâmide da hierarquia racial e algum lugar de destaque frente aos negros na sociedade, pois como já foi visto anteriormente, a branquitude também é entendida como um lugar de privilégio ocupado por pessoas brancas na sociedade em que vivemos. Nisso é perceptível que na busca pela brancura também está o desejo de ascender na hierarquia racial, buscando um lugar de destaque em relação às pessoas negras na sociedade. Conforme visto anteriormente, a branquitude é frequentemente percebida como uma posição de privilégio ocupada por pessoas brancas em nossa sociedade. Portanto, essa auto identificação como branca pode ser motivada pelo desejo de acessar os benefícios e oportunidades que a sociedade concede de maneira desigual com base na cor da pele.

### **3. MERCADO DE TRABALHO**

#### **3.1 Refletindo sobre a Branquitude e seus Impactos na Experiência dos Trabalhadores Negros**

Ao falar sobre o livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, o Legado da "Raça Branca"*, de Florestan Fernandes, devemos compreender que ele se faz fundamental para compreendermos a questão racial não somente na capital paulista, mas para entendermos como se dão as relações raciais no nosso país e as diversas maneiras de como a branquitude interferiu e ainda interfere na vivência de trabalhadores negros e trabalhadoras negras no mercado de trabalho. Entre as análises feitas por Fernandes, vemos que a escravidão criou uma estrutura de classes marcada pela dominação racial, em que a elite

dominante composta pelos brancos detinham tanto o poder político, quanto o poder econômico, enquanto para as pessoas negras eram relegadas somente as posições subalternas na sociedade. Essa estrutura criada a partir de uma ideologia supremacista branca silenciosa, se perpetuou mesmo após a abolição da escravatura, consolidando a hierarquia racial que ainda hoje marca não somente a sociedade paulista, mas também toda sociedade brasileira, como podemos ver neste trecho da obra de Florestan Fernandes:

Durante a crise final do regime escravocrata, os círculos dirigentes tomaram a si a condução do processo revolucionário. Por conseguinte, como assinalamos, coube-lhes decidir a respeito de todas as fases da política de substituição populacional, que iria resolver os problemas econômicos criados pelo colapso do trabalho servil. O fato mais importante, do ponto de vista sociológico, diz respeito à preservação dos papéis políticos das velhas elites. Elas orientaram o processo, no conjunto, de modo a resguardar, intocáveis, todas as suas atribuições fundamentais na estrutura de poder da sociedade. O “imigrante” ou o “elemento nacional” adventício aparecem na cena histórica movido por cordões que elas dirigiam a seu bel-prazer. (FERNANDES, 2021, p. 284)

Para Florestan, a elite dominante no Brasil planejou com muito cuidado cada passo que seria dado depois da abolição da escravidão, procurando negar a centralidade histórica e simbólica dos trabalhadores negros na construção da nação. Ao estudar a experiência dos trabalhadores brancos na obra de Florestan Fernandes, é possível notar que o racismo interferiu de várias formas na vida dos trabalhadores e trabalhadoras negras, fazendo com que muitos trabalhadores brancos não tomassem uma consciência de classe<sup>10</sup> e assim acabassem segregando outros trabalhadores por conta do fator racial. Uma dessas interferências foi a exploração econômica, que se manifestava em forma de salários mais baixos, condições precárias de trabalho e a falta de oportunidades de ascensão social para pessoas negras, algo que na verdade beneficiava pessoas brancas, o próprio Fernandes classifica como prejudicial para o negro e benéfico para o branco, principalmente o da camada dominante:

Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua proteção na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e, enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais de sistema – com os que “não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo”. (FERNANDES, 2021, p. 69-70)

---

<sup>10</sup> Aqui indico ao leitor ler o *Manifesto Comunista* escrito por Karl Marx e Friedrich Engels.

Pessoas brancas também ocupavam e ocupam serviços informais ou temporários, mas a verdade é que na maioria das vezes isso ocorre com as pessoas negras, é algo que perdura ainda nos dias atuais, sendo o mercado de trabalho uma das áreas em que o negro mais sai desfavorecido. Porém vimos no trecho acima que pessoas brancas conseguiam proteger e melhorar sua situação econômica, podendo lutar pelos melhores espaços no mercado de trabalho, evidenciando como o trabalhador branco obtinha chances reais de ascensão com o mesmo fator que limitava o negro de ascender socialmente.

Quando abordamos sobre trabalhadoras negras e trabalhadores negros no pós-abolição temos que entender que durante o próprio regime escravocrata os homens negros e as mulheres negras, por mais que fossem libertos, obtinham poquíssimas oportunidades reais de empregos decentes ou oportunidades de terem uma vida melhor na sociedade, por óbvio, essa não era uma regra máxima, haviam exceções que conseguiam algum cargo importante, fosse em repartições públicas ou nas indústrias, ou desempenhavam alguma função de certo prestígio ou eram apadrinhados por famílias influentes na sociedade paulistana. A população negra, segundo o autor, era relegada com constância a trabalhos braçais e de baixo status social, enquanto os brancos detinham os empregos mais qualificados e melhor remunerados. Isso contribuiu para que a população negra fosse mantida em situação de pobreza e exclusão social.

Outra forma em que o racismo se manifestou na experiência dos trabalhadores negros foi pela violência e discriminação cotidiana. As representações culturais, que idealizavam a brancura e depreciavam a negritude, contribuíram para que os trabalhadores e trabalhadoras negras fossem alvo de preconceito e discriminação no mercado de trabalho e na vida social em geral, a própria política de incentivo à miscigenação<sup>11</sup>, sem contar que a violência policial também era mais frequente contra a população negra, especialmente nas periferias das grandes cidades, conforme o depoimento apresentado na obra, que segundo o próprio Florestan Fernandes pertence a um informante negro da classe média:

Nós não somos contra a miscigenação. Mas nós somos contra a miscigenação imposta, na vontade de fazer desaparecer a raça negra. A política do branco

---

<sup>11</sup> Durante o final do século XIX e início do século XX, havia entre o Estado e as elites dominantes no Brasil uma ideia eugenista que visava embranquecer o país com o passar dos anos. Tal fato fez com que o governo brasileiro incentivasse a imigração europeia para trabalhar no solo brasileiro. Essa ideia racista tinha a crença que com essa mão de obra do trabalhador europeu o Brasil iria se modernizar e ficar mais branco com o passar dos anos.

atualmente é de fazer desaparecer a raça negra. Primeiro, pela miscigenação. Segundo, submergindo-a numa torrente de imigrantes brancos. É porque o branco não deseja ouvir falar de nós. Isso, associado a uma política da polícia para fazer degradaar o negro, a fim de o ver desaparecer também pela tuberculose, pela sífilis e pela prostituição. O que queremos é que se reconheça que somos cidadãos como os outros e que temos direito à educação; integramo-nos à sociedade e não o nosso abandono voluntário, à espera que desapareçamos. (FERNANDES, 2021, p. 142-143)

O depoimento visto logo acima evidencia que diversos eram os métodos aos quais o racismo recorria para lidar com o negro na sociedade e deixando explícito que ele não era bem-vindo em sua sociedade. Por outro lado, o autor destaca que as lutas sindicais e políticas contra a exploração e opressão foram marcadas pelo enfrentamento contra a hierarquia racial.

As greves e manifestações de trabalhadores negros eram frequentemente reprimidas com violência policial, mas mesmo assim, essas lutas contribuíram para a construção de uma consciência negra e para a resistência contra a opressão racial e mesmo diante dessas adversidades, os trabalhadores e trabalhadoras negras perseveraram e encontraram maneiras de resistir e lutar por direitos. Entre esses exemplos de luta e resistência, podemos ver como negros e negras se organizaram em sindicatos e associações, como a Frente Negra Brasileira, a União dos Homens de Cor<sup>12</sup> ou a Sociedade Beneficente.

O povo negro, desde a época da escravidão buscava se organizar e lutar por seus direitos, foi assim com o movimento abolicionista e foi assim no período pós-abolição com seus sindicatos, associações e outros movimentos, sempre visando sua inclusão na sociedade e uma mobilidade social. Porém a elite dominante buscava silenciar e impedir pessoas negras de se organizarem, como exemplo disto podemos citar o caso ocorrido com a Frente Negra que era uma organização política e social criada em 1931 com o intuito de promover a valorização da cultura negra e lutar contra o racismo no Brasil. A organização lutava pelo direito ao voto das pessoas negras, o acesso à educação e a valorização da cultura negra no país, mas mesmo lutando somente pelos direitos básicos da população negra teve decretado seu fim em 1937, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e contexto de crescente autoritarismo do Estado Novo.

---

<sup>12</sup> A União dos Homens de Cor (UHC), foi um grupo estabelecido em Porto Alegre em 1943 e que, cinco anos depois, expandiu-se para outros dez estados brasileiros, estava presente em diversas regiões do país por meio da divulgação de seus princípios e ideais nos periódicos da imprensa negra.

Sempre é válido ressaltar que a trajetória de trabalhadores e trabalhadoras negras no Brasil quase sempre é marcada por inúmeras dificuldades e desigualdades, muitas das quais ainda estão presentes na sociedade brasileira e é necessário entender que ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade de oportunidades e direitos para todas as pessoas. A situação do negro na sociedade também piorava por conta da competição com imigrantes brancos no mercado de trabalho. Além da volumosa imigração europeia para a cidade de São Paulo, que contribuiu para essa disputa, o próprio Florestan Fernandes comenta que “o imigrante europeu não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim as melhores oportunidades de trabalho livre e independente”(FERNANDES, 2021, p. 62), mostrando que sua branquitude era um elemento chave para essa disputa com os negros.

Porém, a realidade é que independente de qual fosse a área, eram pouquíssimas as chances que o negro tinha ao disputar uma vaga de trabalho com o branco, pois se o negro reivindicasse melhores condições de trabalho, ou se optasse por não se sujeitar a uma vaga de serviço (incluindo trabalho análogo à escravidão), ele poderia ser visto como insolente ou ingrato. Entre as várias reivindicações da população negra, constava ser tratado como igual, com dignidade, assim como qualquer outra pessoa numa sociedade de classes, ele também era livre, queria exercer seu direito à cidadania plena, assim como qualquer cidadão branco usufruía. Monsma comenta que essa expectativa que o trabalhador negro tinha por um tratamento igualitário gerou conflitos entre negros e imigrantes, pois muitos imigrantes reagiam ao serem tratados como os negros eram tratados:

Os imigrantes sabiam que substituíram os escravos, e as humilhações e abusos que sofreram dos fazendeiros os lembravam da escravidão. Uma hipótese central do projeto é que os imigrantes se esforçavam para distinguir-se dos negros justamente para não serem tratados como estes. A preocupação dos imigrantes em salientar o contraste racial ia de encontro à insistência dos negros em não serem humilhados ou rebaixados por causa de sua cor, resultando em interações tensas e a intimidação de negros por imigrantes, presentes em número muito maior. Outro aspecto das tentativas, por parte dos imigrantes, de manter a linha de cor era sua resistência a casamentos com negros. (MONSMA, 2007, p. 113).

É importante compreender que a branquitude refere-se à identidade racial branca, e por mais que os imigrantes europeus tivessem suas concepções e suas culturas diversificadas que os diferenciavam entre si, o fator racial contribuía para que houvesse uma unidade entre esses imigrantes. Com isso a branquitude serviu, como podemos ver na citação anterior, como um espaço de privilégio simbólico que contribuiu para a construção social e reprodução do preconceito e da discriminação racial. Por mais que a cidade de São Paulo

estivesse em um ritmo acelerado de industrialização no pós-abolição, a maioria da população negra se encontrava em uma situação crítica, e por mais que os negros vivessem em uma sociedade de classes, o fator racial ainda era relevante no mercado de trabalho. Ao falar sobre *capitalismo racial*, Maria Aparecida Bento nos traz:

É um regime que congrega classe e supremacia branca. Aliás, capital e raça já se uniram há séculos: do tráfico negreiro transatlântico à destruição da população maia, asteca e guarani; dos combates portugueses na África Central aos inúmeros massacres em terras colonizadas por países europeus.

É imprescindível romper a aliança entre classes, elites políticas, educacionais, culturais e econômicas e uma parte da classe trabalhadora reunida pela supremacia branca, que vem possibilitando a reprodução do sistema do capitalismo racial. Rompendo essas alianças, a identificação de parcela da classe trabalhadora com líderes supremacistas violentos será dificultada. (BENTO, 2022, p.30)

Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, o Legado da Raça Branca*, é possível perceber uma convergência com as interpretações de Cida Bento, quando a autora comenta, que parte da classe trabalhadora optou por continuar a atender os interesses da supremacia branca e podemos confirmar isso quando o autor afirma que “por paradoxal que pareça, foi a *omissão* do ‘branco’ – e não a ação – que redundou na perpetuação do *status quo ante*” (FERNANDES, 2021, p. 271). Por mais que Fernandes creia que essa “omissão” fosse uma “não ação”, ela é uma escolha benéfica para o branco, pois ela não interfere nos seus privilégios e mantinha um sistema que o favorecia, seria o famoso dito popular “quem cala consente”.

Fosse por uma parcela dos brancos que vieram da imigração europeia ou por partes dos brancos nacionais que impunham barreiras aos negros no mercado de trabalho, gerando assim resistências à mobilidade social dos negros. Mas por qual razão uma cidade que era majoritariamente negra (em torno de 54%<sup>13</sup> da população) no início do século XIX, não conseguiu romper essa “aliança” entre as classes e as elites dominantes ainda no século XX? Um dos motivos que podemos perceber e atribuir como uma das causas para o não rompimento da aliança entre a classe trabalhadora e a elite dominante que congrega a supremacia branca, foi a própria medida de incentivo à política de embranquecimento da população brasileira que ocorria pela massiva imigração europeia ao longo do século XIX. Com Monsma vemos que:

---

<sup>13</sup> Dado tirado da página 64 do livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, o Legado da Raça Branca*.

A elite imigrante também fornecia empregos em fazendas, oficinas e lojas, e ajudava os compatriotas pobres e analfabetos a lidar com a burocracia do Estado. Os negros, geralmente, não tinham acesso a tais benefícios, a não ser que conseguissem a proteção de brancos poderosos, o que inibia a organização coletiva dos negros. Havia uns poucos mulatos bem-sucedidos, mas parece que estavam se “embranquecendo” e não se identificavam com os pretos pobres. De fato, muito da evidência discutida acima sugere que a posição dos mulatos em 1907 era melhor que a dos pretos (MONSMA 2010, p. 536)

A importação de europeus fez com que o índice da população negra caísse dos 54% no início do século XIX para somente 11% em 1893, ano em que 88,4% da população paulista se auto declarava como branca. Tais dados se encontram disponíveis na obra de Florestan, com base no censo feito na última década do século XIX, ou seja, poucos anos depois da abolição da escravatura e início do período republicano. No decorrer da leitura de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, o Legado da “Raça Branca”* podemos perceber que no período entre 1888-1960, tanto os trabalhadores negros quanto as trabalhadoras negras se defrontavam com diversas tipos de discriminações e desigualdades na cidade de São Paulo, um exemplo manifesto de tais circunstâncias podemos encontrar no seguinte trecho:

Os ressentimentos criados prejudicaram os negros, pois os brancos passaram a preterir os negros e a dar preferência aos imigrantes, substituindo um pelo outro. “Em consequência, o negro se viu relegado a uma situação pior da que havia no tempo da escravidão. Ficou um deslocado na sociedade”. (FERNANDES, 2021, p. 122)

Os ressentimentos mencionados por Fernandes estão relacionados aos sentimentos de hostilidade, animosidade e preconceito que surgiram devido à abolição da escravatura e à transição para uma sociedade supostamente "livre", mas ainda profundamente marcada pelo racismo estrutural. A abolição da escravidão e a ascensão dos negros à liberdade e à cidadania eram vistas por alguns brancos como uma ameaça à sua posição social e econômica, um risco ao seu privilégio como pessoa branca .

Com a abolição da escravidão, os negros recém-libertos enfrentaram competição direta com imigrantes europeus e outros grupos por empregos. Isso criou ressentimentos entre os grupos, já que os empregadores brancos muitas vezes favoreciam os imigrantes, deixando os negros em desvantagem, fazendo com que se preservasse a manutenção das hierarquias sociais na sociedade brasileira. Assim como muitas sociedades coloniais, a sociedade brasileira estava profundamente estratificada com base na raça. A ascensão dos negros e a possibilidade de uma maior igualdade social ameaçavam as hierarquias

estabelecidas, levando a ressentimentos por parte daqueles que queriam manter o *status quo*, favorecendo os brancos que continuaram tendo acesso a vantagens, oportunidades e recursos perpetuando-os como detentores de privilégios.

Hoje, graças aos trabalhos de historiadores, antropólogos e sociólogos podemos entender que além do ressentimento que os brancos tinham com os negros por conta da abolição (a chamada expectativa de gratidão que os proprietários tinham em relação aos libertos), também há o fator da branquitude por trás desse movimento que destinava sempre lugares de privilégios para as pessoas brancas, pois nessa sociedade com pessoas de diversas partes do mundo, os negros continuavam sendo parte majoritária entre os mais pobres. Nesse sentido, Florestan expõe:

No que concerne à estrutura ocupacional da cidade, parece claro que a competição econômica com o “estrangeiro” engendrou, prematuramente, um processo bem definido de pura sucessão ecológica. O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-los a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes. Aliás, a esse respeito é preciso ter em mente que o “estrangeiro” competia no mercado de trabalho e de capitais mesmo com os "brancos" das camadas dominantes e que os vários grupos nacionais em presença disputavam sem rebuços toda e qualquer oportunidade econômica promissora ou lucrativa, por mais penosos ou duros que fossem os "sacrifícios" requeridos. (FERNANDES, 2021, p. 69)

O negro já não era mais visto como um agente digno de fazer parte do novo sistema no pós-abolição, vimos que a sua mão de obra foi, sem rodeios, facilmente substituída pela mão de obra do imigrante europeu, as funções que poderiam dar alguma possibilidade de ascensão social aos negros, acabaram sendo destinadas aos brancos, os imigrantes europeus acabaram se tornando o elemento preferido pelo empregador, fosse tal fato “tanto no campo como na cidade, tinham preconceito contra os negros e os discriminavam, quase sempre preferindo o imigrante quando este estava disponível” (MONSMA, 2007, p. 112). Florestan Fernandes faz a análise das relações raciais entre o fim da abolição até a década de 1960 e durante esse período, os trabalhadores e trabalhadoras negras também enfrentaram preconceitos no acesso à educação, fato que poderia contribuir para uma mão de obra qualificada e especializada.

Por mais que a Lei Áurea tenha sido promulgada em 1888, no Brasil não havia políticas educacionais que garantissem a alfabetização da população negra, não houve suporte algum preparado pelo governo que se preocupasse em acolher o povo negro e

integrá-lo na sociedade. Porém, muitos trabalhadores negros e trabalhadoras negras, desamparados pelo sistema acabavam se vendo obrigados a frequentar escolas precárias, geralmente segregadas, e sem condições adequadas de ensino, ou conseguiam, com alguma ajuda, se matricular em uma escola ou instituição de ensino adequada, conforme o relato que Fernandes nos traz através do depoimento de um informante:

Minha vida foi na rua, onde cresci, aprendendo a ler um pouco aqui, outro lá. Cheguei a fazer uma tentativa para frequentar a escola. Via muitos meninos com quem brincava irem à escola. Depois de rondar durante algum tempo uma delas (Escola Mista 13 de Maio, particular), indo muitas vezes esperar a saída de meninos conhecidos, acabei me apresentando à professora. Disse que desejava ir à escola mas não tinha dinheiro para pagá-la – propunha-me então a prestar serviços a troco do ensino. Três meses depois a professora, que viera do interior por causa de um noivo e montara a escola para se manter aqui, tendo desmanchado o compromisso, fechou a escola e voltou para o interior. Na última aula, ao despedir-se, deu-me alguns livros, aconselhou-me a ir procurando ler e me disse que uma das coisas que mais sentia era deixar-me. Perante a classe, indicou-me como exemplo. Foi a minha grande alegria dessa época. (FERNANDES, 2021, p. 243)

O depoimento acima evidencia algo que por longos anos prejudicou o povo negro, a falta de acesso à educação, o negro sempre tinha que inovar e se reinventar para sobreviver e ambientar à sociedade que a todo momento o queria somente numa posição de um ser subalterno. Os negros, em sua maioria, foram impedidos de acessar educação de qualidade, trabalhos bem remunerados, moradia adequada e outras oportunidades, a eles foi negado o acesso a serviços públicos, sofreram discriminação em suas comunidades e locais de trabalhos e outras formas de violência racista que privilegiam os brancos e que mantiveram pessoas negras em uma situação delicada de pobreza e vulnerabilidade na sociedade. Gostaria de atentar aqui que não estou dizendo que pessoas brancas não passavam por dificuldades ou maus-tratos na sociedade, mas sim que havia um percentual maior de pessoas negras que passavam por tais situações e que isso se dava por conta de um fator racial, e que com um branco isso ocorria por conta da classe a qual esse branco pertencia.

Não faltam relatos e dados estatísticos confirmando que pessoas brancas também passavam por problemas semelhantes aos dos negros, problemas como falta de moradia, trabalho análogo à escravidão, fome, falta de saneamento básico e falta de educação de qualidade, porém, se uma pessoa branca tivesse condições de ascender socialmente, ela não era impedida disso por conta do fator racial, algo que ocorria com pessoas negras. Em suma, a branquitude criou e manteve toda uma estrutura de privilégios para quem é branco e ao

mesmo tempo tem servido como uma barreira significativa para a mobilidade social do negro até os dias atuais, pois ela limita as oportunidades e recursos que poderiam ter sido acessado no passado. Fernandes ao falar sobre a possibilidade de ascensão do negro comenta que “As posições ‘altas’ ou ‘intermediárias’ estavam fora de cogitação, pois a elas só podiam concorrer os elementos das camadas dominantes e os estrangeiros ou descendentes de estrangeiros em ascensão” (FERNANDES, 2021, p.165).

Uma das contribuições de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, o Legado da “Raça Branca”* é nos ajudar a refletir sobre como a branquitude não se manifesta apenas como um mero fenômeno cultural, mas sim uma ideologia que surge, através de uma elite dominante de um país com histórico escravista, e essa branquitude acaba se manifestando de forma concreta nas relações de poder, que por vezes se manifesta apagando e negando a cultura de povos que foram subalternizados, gerando desigualdades. Essa desigualdade presente na falta de acesso à cultura e ao lazer feita por algumas pessoas brancas contra pessoas negras que eram impedidas de frequentar determinados clubes e associações, como resposta a isso, muitos trabalhadores negros e trabalhadoras negras criaram suas próprias formas de expressão cultural, como a música e a dança, criando assim espaços nos quais os negros pudessem exercer seu lazer e sua cultura, que acabavam sendo formas de resistência e de solidariedade entre a comunidade negra:

Um grupo de trabalhadores negros libertos reuniu-se para fazer uma bela serenata a um amigo ao final de um dia de labuta no mês de dezembro de 1872, na capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Dentre eles a maioria era jovem, como Miguel Archanjo da Cunha, mas estavam também aqueles com um pouco mais de experiência de vida, como o senhor José Manoel Antonio, de 40 anos, sapateiro por profissão. A serenata foi até altas horas, e os amigos retornaram a seus lares quase ao amanhecer do dia. Porém, no caminho de volta imersos em um sentimento de alegria e liberdade proporcionada pela música, resolveram organizar uma sociedade onde pudessem compartilhar tal prazer com seus iguais. E, sempre que possível, desenvolver atividades beneficentes, especialmente, subsidiar enterramentos, como já era de praxe na irmandade do Rosário, da qual alguns deles participavam. Pelo adiantado da hora e em decorrência da euforia, resolvem pelo nome da nova associação – Floresta Aurora –, uma homenagem ao cruzamento das ruas nas quais se encontravam e à aurora do amanhecer/de um novo tempo para famílias da raça de cor. (SILVA, 2017, p. 36-37)

É válido ressaltar que a luta por direitos dos trabalhadores negros e trabalhadoras negras muitas vezes era vista como um ataque à ordem social estabelecida, o que podia levar à violência institucionalizada. Os negros que não aceitavam calados a situação medíocre

imposta a eles, aos olhos de alguns brancos era visto como insubordinado. Na visão desses brancos, os negros deveriam ser sempre gratos e cordiais, jamais questionar ou confrontá-los, se fosse diferente disso, a pessoa negra se encontrava na categoria de pessoa insolente. Segundo Florestan Fernandes:

Em nosso levantamento, contamos com vários tipos de “queixas” dos “brancos”, que já não entendiam o “negro”, nem o seu comportamento. Muitos tomaram consciência viva de que este “não procurava o branco por amizade, mas por interesse” e ficaram chocados com as atitudes de independência, que tendiam a classificar como de “ingratidão” e de “revolta”. (FERNANDES, 2021, p. 308-309)

A branquitude é uma construção social que dá privilégios e poder aos brancos em detrimento das outras raças e etnias, isso evidencia o fato dos brancos citados por Florestan Fernandes não se conformarem e se queixarem do comportamento das pessoas negras que tinham “atitudes de independência”, que buscassem por conta própria moldarem seu destino. Essa construção se baseia em uma série de estereótipos e preconceitos que foram enraizados na sociedade ao longo dos anos, e que foram utilizados como mecanismos de opressão e controle social, que tinham como ideal para o negro um ser submissivo e passivo. Ao mesmo tempo em que as oportunidades e recursos foram reservados principalmente para os brancos, fossem eles imigrantes europeus ou os “elementos nacionais”, a ideia de embranquecer a nação estava em vigor no país, ligada ao processo de modernizar a nação . Pablo Jaime Edir Campos observou o seguinte:

A idéia de um país moderno foi, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca. A marginalização dos negros no Brasil não é apenas produto da herança do escravismo, mas também reflexo das oportunidades desiguais de ascensão social. (CAMPOS, 2009. p. 7)

Os trabalhadores negros se confrontaram com uma série de restrições legais e sociais que os impediram de competir em igualdade de condições com os trabalhadores brancos. Isso afetava diretamente a população negra na sociedade paulista, que destinava para essas pessoas a segregação em empregos de menor remuneração, a restrição do acesso à educação e ao treinamento profissional, e a discriminação por parte de muitos empregadores. Fernandes faz uma análise sobre o fato do negro não ter muita escolha no sistema de classe, o que resultava em ter que aceitar serviços direcionados à “escória do operariado urbano”(FERNANDES, 2021, p. 71).

O negro por mais que se esforçasse, era desconsiderado diversas vezes como qualificado pelo empregador, o imaginário racista presente na sociedade paulista da época

dificultava sua integração. O racismo exercido através da ideia de que uma pessoa negra não pode ter as mesmas oportunidades que um branco era recorrente, isso era visto e sentido inclusive por outros brancos da época, como mostra o relato de um informante branco para Fernandes:

Um dos melhores informantes brancos sobre esse período, ele próprio, operário qualificado e com experiência direta em várias empresas indicou expressamente que as “firmas tinham a mania de não aceitar pretos”. Segundo suas observações, a aceitação do negro é recente, coincidindo com a paulatina escassez crescente de mão de obra. Exemplificou com o que aconteceu com um mulato que conhecia: fez várias tentativas para se colocar em empregos a que podia aspirar e , em todos eles, disseram-lhe “a vaga já está ocupada”. Depois verificava-se que os lugares não estavam, de fato, preenchidos. “Recusavam-no por causa da cor. Ele ficou quase louco com isso.”. (FERNANDES, 2021, p. 182)

O autor ainda reflete a realidade dura e pessimista sobre as condições que pessoas negras enfrentavam no Brasil. Ao apontar para a falta de oportunidades econômicas e sociais para essa parte da população que formava a sociedade paulista, o autor mostra que ela é forçada a escolher entre a exclusão social do operariado urbano ou a marginalização por meio da criminalidade e do ócio, uma perspectiva já bastante criticada pela historiografia.

### **3.2 A Branquitude e a Ocupação de Mulheres Negras no Setor Doméstico**

Se formos falar sobre a experiência das mulheres negras, a situação não era melhor e nem muito diferente, pois um dos poucos setores nos quais elas não encontravam resistência para serem contratadas, era no setor doméstico. Numa sociedade hierárquica, onde raça, classe e gênero são vantagens para se destacar, a alta concentração de renda na mão de pessoas brancas faz com que o número elevado de trabalhadores desprovidos de recursos materiais e dispostos a vender sua mão de obra, sejam em sua maioria pessoas negras, e tal fato fez com que o trabalho doméstico acabasse se tornando uma das poucas vias possíveis para as mulheres negras. Desde o período escravista, as mulheres negras foram associadas à imagem de serem boas serviçais, servindo mais para a cozinha, limpeza do lar e para ser babá, nos serviços domésticos em geral.

No regime escravocrata os serviços domésticos, principalmente nas zonas urbanas, não envolviam a mesma degradação do seu agente que o duro “labor da roça”. Eles provocavam maior contato permanente com os brancos e facilitavam as relações paternalistas ao velho estilo. Portanto, várias condições favoreciam a estabilidade da “mulher negra”, como e enquanto *serviçal doméstica*. (FERNANDES, 2021, p. 100)

A situação era difícil, pois para além do racismo que enfrentavam, elas também tinham que lidar com o sexismo e eram frequentemente relegadas a trabalhos que eram mal pagos e sem perspectiva de crescimento ou progresso na carreira e nas fábricas não eram consideradas aptas nem para atuarem como tecelãs ou no comércio (FERNANDES, 2021, p. 167). As oportunidades de trabalho para mulheres negras nas profissões que tinham alguma possibilidade mínima de ascensão eram quase nenhuma. Isso abre uma reflexão para a questão do lugar que uma mulher negra pode ocupar e qual espaço que uma mulher branca deve ocupar.

Óbvio que mulheres brancas também faziam serviços domésticos, mas como iremos ver mais a frente, essa é uma função ocupada majoritariamente por mulheres negras. Em muitos casos essas mulheres negras eram os pilares de suas famílias, chefes de família, as que sustentavam o lar, sendo a referência para seus dependentes, e ao serem impossibilitadas de ascenderem em alguma carreira, essas mulheres acabavam sendo impedidas de prosperarem e outro fato importante a lembrar, é que por muitas vezes eram outras mulheres brancas que empregavam essas mulheres negras, evidenciando o que Crenshaw comenta “As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas estas vias” (Crenshaw 2002, p. 177).

Em 23 de março de 2023, o portal de notícias do G1<sup>14</sup> lançou uma reportagem falando sobre os dez anos da PEC das Domésticas.<sup>15</sup> No artigo, é possível perceber que, mesmo com a PEC que visava dar direitos e auxílios para trabalhadoras do serviço doméstico, as condições de trabalho delas continuavam distantes do ideal. Com finalidade de lidar com essas barreiras persistentes, muitas mulheres negras se tornaram líderes comunitárias e ativistas políticas, enquanto outras abriram seus próprios negócios para fornecer serviços para suas comunidades. A influência do racismo é explícito nas escassas oportunidades de ascensão profissional para as mulheres negras. A associação das mulheres negras ao serviço doméstico e as oportunidades de ascensão nas fábricas para mulheres brancas, juntamente com o racismo estrutural e o sexismo, resulta em uma falta de

---

<sup>14</sup> A matéria citada se encontra no portal de notícias na web, no site do G1 disponível em <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/03/23/quebrei-o-braco-e-fiquei-sem-dinheiro-para-comid-a-os-limites-da-pec-das-domesticas-10-anos-depois.ghtml>.

<sup>15</sup> Emenda Constitucional n.º 72 à constituição brasileira de 1988

mobilidade ascendente, reforçando a exclusão das mulheres negras de setores profissionais mais valorizados e contribuiu para a manutenção das desigualdades sociais.

Para termos noção da importância do serviço doméstico para a mulher negra no país, mas também da importância da mulher negra para o serviço doméstico, é necessário saber que o Brasil é o país com maior número de trabalhadoras nesse ramo. Esse setor é ocupado majoritariamente por mulheres (em 2016 elas representavam 92% da categoria), e dessas mulheres, 65% eram mulheres negras. Em *Situação atual das trabalhadoras domésticas no país* vimos que:

O trabalho doméstico remunerado empregava, em 2009, cerca de 7,2 milhões de trabalhador@s, ou 7,8% do total de ocupad@s no país. Esta atividade, porém, não tem a mesma importância para homens e mulheres, ou para negros e brancos. De fato, o trabalho doméstico é – e sempre foi – uma ocupação desempenhada majoritariamente por mulheres e negras. O perfil dessa ocupação remonta não só às raízes escravistas da sociedade brasileira, mas também às tradicionais concepções de gênero, que representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres. O emprego doméstico tem, assim, ocupado posição central nas possibilidades de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, particularmente das negras, pobres e sem escolaridade ou qualificação profissional. (Pinheiro, Fontoura & Pedrosa, 2011, p. 35-36)

Já Bernardino-Costa em *Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora* comenta que:

A sobre-representação de trabalhadoras domésticas negras torna-se mais evidente quando se percebe que, para cada conjunto de 100 mulheres brancas ocupadas, 12 são trabalhadoras domésticas, enquanto para cada 100 mulheres negras participantes da População Economicamente Ativa (PEA), 21 são trabalhadoras domésticas. (Bernardino-Costa, 2015, p. 147)

Podemos ver que junto com a questão de gênero, também temos a questão racial quando se trata de ocupação em empregos subalternos, mulheres negras se encontravam mais vulneráveis, fosse pelo baixo grau de instrução que tinham, pelo racismo que encontravam no mercado de trabalho ou pela herança que a sociedade recebeu do período colonial, que destinava às mulheres negras somente a ocupação como serviçal, no setor rural, ou nos cargos de menores prestígios nas indústrias, impedindo-as de ascender a outros cargos. Mulheres negras acabam se sujeitando a serviços domésticos como fonte de renda e sofrem opressões inclusive de outras mulheres brancas que são suas patroas, nisso podemos ver a branquitude sendo exercida através do privilégio de cor e de classe, onde uma mulher branca descarta a empatia por outra mulher, simplesmente por ela ser negra e ser de outra classe.

O serviço doméstico, principalmente nas zonas urbanas, envolvia relações paternalistas, onde as mulheres negras estavam mais expostas ao contato com os brancos. Isso evidencia como a branquitude permeia as relações de poder, com mulheres brancas exercendo autoridade sobre mulheres negras em posições subalternas. Essas dinâmicas de poder refletem o privilégio racial inerente à branquitude e como ela desempenha um papel fundamental nas desigualdades sociais, nas oportunidades de emprego e nas relações de poder, especialmente quando se trata da ocupação de mulheres negras no serviço doméstico. A interseção entre raça, classe e gênero revela como as opressões se cruzam e como a branquitude pode ser exercida para perpetuar essas desigualdades.

### 3.3 Desigualdades Raciais e a Dinâmica da Branquitude

A obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, o Legado da “Raça Branca”* aponta diferenças existentes entre os trabalhos que eram destinados somente aos brancos e os trabalhos ocupados pelas pessoas negras, fosse pelos ideais racistas empregados na sociedade de que o negro era um ser atrasado e não apto para determinadas funções como cargos de supervisão e chefia, ou fosse pela ideia de que o elemento branco nacional ou imigrante fosse mais capacitado para funções superiores. Havia suportes para os brancos poderem ascender socialmente, e tal fato é percebido por Fernandes, quando ele argumenta que certos cargos não poderiam ser ocupados por pessoas negras, como foi o caso que vimos anteriormente que ocorriam com as mulheres negras que dificilmente conseguiam exercer a função de tecelã nas indústrias. Ou seja, essas funções eram reservadas às brancas. Porém, mesmo reparando em tal fato, ele peca ao atribuir aos negros os motivos pelos quais os próprios negros encontravam dificuldades de se inserir no mercado de trabalho. O trecho a seguir nos traz um bom exemplo:

O imigrante repelia as condições de vida que não fossem “decentes”, sujeitando os patrões deformados pelo regime servil a se enquadrar nas bases morais do regime do trabalho livre; mas cumpria à risca as obrigações decorrentes do contrato de trabalho, estimulado ainda mais pelo aguilhão de converter sua força de trabalho em fonte de poupança. (FERNANDES, 2021, p. 73)

Ao tomar conhecimento do histórico do Brasil, com o uso da mão de obra dos negros, dá para se ter uma ideia de por qual motivo o imigrante europeu poderia repelir certas condições impostas pelo patrão, mas mesmo assim ser contratado, enquanto os negros deveriam aceitar aquilo que lhe oferecessem, sem ter o direito de questionar aquilo que eles

pudessem achar errado. Essa dinâmica existente na relação entre o patronato e os trabalhadores brancos, no contexto em que ocorreu no Brasil, acabou sendo um dos fatores que prejudicou a introdução de pessoas negras numa sociedade de classes. Uma cidade num processo de industrialização acelerada como foi o caso de São Paulo, o negro acaba tendo que se sujeitar a posições, por diversas vezes degradantes. Isso não significa que o branco não estaria sujeito a se encontrar na mesma posição, porém, como já vimos, o branco pôde se dar ao luxo de repelir tal situação e ascender socialmente, enquanto os trabalhadores negros, por mais que não repelisse, encontrava raríssimas oportunidades de ascender tão longe quanto os brancos. Era grande a diferença entre a mobilidade social dos brancos e a dos negros.

Em *O Legado da “Raça Branca”* é perceptível que essa estrutura de classes criada no Brasil, é marcada principalmente pela dominância de uma elite branca, que primava pelos padrões culturais, morais e econômicos europeus, os valorizando e os utilizando para validar, justificar e preservar a exploração e a hierarquização racial. Essa forma de pensar e agir por parte dos brancos permeava todas as relações sociais e raciais, e se manifestava diariamente nas relações entre trabalhadores brancos e seus patrões, que percebiam na exploração dos negros, um jeito de manter sua própria posição privilegiada na estrutura social.

É importante lembrar que, por mais que Fernandes tenha tido uma boa intenção e dado uma enorme contribuição para compreendermos a situação do negro na sociedade, tal análise partiu da perspectiva de um homem branco que nessa época convivia com pessoas brancas e burguesas, num contexto em que ainda não havia debates profundos que buscassem centralizar o branco como problema nas relações raciais e sociais. Infelizmente essa visão de Fernandes, de atribuir ao negro, um problema que foi criado pelo branco é algo que acabou por gerar críticas à obra. Fernandes reconhece a existência e a manutenção de privilégios por parte dos brancos e de sua elite dominante, mas infelizmente nega que o fato tenha alguma explicação racial:

Portanto, qualquer que venha a ser, posteriormente, a importância dinâmica do preconceito de cor e da discriminação racial, eles não criaram a realidade pungente que nos preocupa. Esta foi herdada como parte de nossas dificuldades em superar os padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravocrata e senhorial. Graças a isso, ambos não visavam, desde o advento da Abolição, instituir privilégios econômicos, sociais e políticos para beneficiar a “raça branca”. Tinham por função defender as barreiras que resguardavam, estrutural e dinamicamente,

privilégios já estabelecidos e a própria posição do “branco” em face do “negro”, como *raça dominante*. (FERNANDES, 2021, p 270)

Esse, talvez, seja um dos limites de Florestan: minimizar a importância do preconceito e discriminação raciais em favor de uma interpretação baseada na ideia de “herança da escravidão” compreendida apenas em sua dimensão “de classe”. Não dá para aceitar apenas como um problema de classes uma questão que envolve simultaneamente problemas raciais que privilegiam os brancos, inclusive reconhecidos abertamente por Fernandes. As vantagens obtidas no trabalho simplesmente por conta da cor da pele ou por terem uma origem ou ascendência europeia já deixava em vantagem os brancos na hora de conseguirem um emprego ou de serem promovidos. De acordo com as análises de Monsma:

São Paulo e outras regiões do Brasil que receberam grande número de imigrantes constituem casos excepcionais na história mundial, em que imigrantes e seus descendentes rapidamente alcançaram posições econômicas melhores que a maioria da população já existente no lugar que os recebeu. Entender como isso aconteceu pode contribuir para apurar teorias sociológicas de processos migratórios e de desigualdades raciais e étnicas. (MONSMA, 2010, p. 509)

Não digo que essa prática acontecia em todos os casos, mas é necessário ter em mente que a branquitude sendo um componente essencial numa sociedade com uma elite dominante que tinha a crença numa supremacia branca, a branquitude estava constantemente presente nessa relação entre patrões e empregados, uma vez que os trabalhadores brancos se identificavam com os patrões brancos e aspiravam fazer parte do grupo dominante num sistema de classes e capitalista. Essa identificação com o patrão branco fazia com que os trabalhadores brancos se tornassem cúmplices na exploração dos trabalhadores negros ou que pessoas negras fossem vistas com desconfiança nos raros momentos em ocupassem cargos de chefia ou de supervisão. Entretanto, para justificar a exclusão do trabalhador negro e a massiva imigração europeia, alguns políticos, acadêmicos e jornais fizeram a apologia do imigrante, da sua superioridade técnica, moral e estética.

Com a cidade de São Paulo passando por um rápido processo de industrialização, foi preciso com urgência a contratação de trabalhadores considerados aptos para exercerem certas funções nas tarefas com máquinas e naquele momento a mão de obra estrangeira era vista com bons olhos em comparação com a mão de obra do trabalhador negro. Como o próprio Florestan Fernandes atenta “as posições altas ou intermediárias estavam fora de cogitação de serem ocupadas por negros ou mulatos, pois só poderiam concorrer quem

pertencesse à classe dominante, estrangeiros ou descendentes de estrangeiros em ascensão” (FERNANDES, 2021, p. 165).

A realidade é que boa parte desses imigrantes europeus que vieram para trazer o “progresso” para indústria brasileira eram pessoas humildes que passavam por dificuldades em seu país de origem: fome, falta de emprego, condições precárias, eram constantemente prejudicados pela classe dominante de seu país de origem. Refletindo sobre a experiência da imigração nos Estados Unidos, Carlos Hasenbalg afirmou que "cada uma das minorias étnicas de imigrantes europeus ingressou nos Estados Unidos a partir de uma situação desfavorável devido ao preconceito do grupo dominante"(HASENBALG, 1982, p. 72). Já no Brasil, os imigrantes foram vistos como solução para salvar um país ameaçado pela elevada dose de sangue africano.

A busca por uma vida melhor num país estranho fomentou esse fluxo imigratório. No caso dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil a classe dominante local os acolheu e lhes deu condições de ascensão em detrimento do trabalhador negro, fazendo com que os trabalhadores brancos pudessem ter chances de prosperar e terem condições melhores de vida. Ou seja, por mais que os imigrantes europeus chegassem no Brasil ocupando cargos sem muita expressão e com salários baixos havia possibilidades de subirem de nível dentro da hierarquia na indústria e sua origem era um dos fatores que contribuía para isso, evidenciando que a branquitude estava sendo exercida em prol daqueles que podem ser abrangidos por ela e barrando aqueles que se encontravam fora deste círculo social.

Em lugar de concorrer para o melhor ajustamento do negro e do mulato às condições de existência imperantes na cidade, o funcionamento daquele sistema institucional fomentou a emergência de novos ressentimentos, que alimentaram e difundiram a convicção de que certas garantias sociais eram privilégios dos “brancos”, manipulados ao bel-prazer da “raça” dominante. (FERNANDES, 2021, p. 203)

O *Legado da “Raça Branca”* evidencia que havia todo um sistema de privilégio que beneficiava somente o branco, e segundo Fernandes, essa dinâmica social presente na cidade de São Paulo acabava criando “ressentimentos” nos negros. Para Florestan, os brancos da elite manipulavam esses privilégios de acordo com seus próprios interesses. Esse privilégio que o branco criava para os seus semelhantes, mas que era uma barreira para os negros, acarretava diversos problemas que refletiam na sociedade, como as competições entre os dois grupos.

A interpretação que Florestan Fernandes nos traz aqui parece um pouco simples pois dá a entender que os imigrantes seriam meros fantoches nas mãos da elite dominante. Esta visão pode subestimar, até certo ponto, a agência e a capacidade de ação dos imigrantes, bem como desconsiderar suas motivações individuais, aspirações e experiências únicas. Vimos anteriormente com Monsma que também havia no Brasil uma elite imigrante que dava um certo apoio para o imigrante que passava por algum problema.

É importante levar em consideração que as interações sociais são complexas e multifacetadas. A compreensão da dinâmica entre as classes dominantes e os imigrantes requer uma análise mais aprofundada das estruturas sociais, das relações de poder e das influências culturais que moldam as experiências individuais e coletivas.

Nesse contexto é possível vermos o conceito de branquitude se manifestando ao passo que se refere à uma gama de privilégios e vantagens que as pessoas brancas possuem em função de sua cor e sua origem. A branquitude é um conceito que nos ajuda a entender que em nossa sociedade as pessoas brancas são socialmente construídas como seres superiores e privilegiadas em relação às pessoas negras, e isso se manifesta desde o acesso a oportunidades e recursos até a maneira como são tratadas pelas instituições e pelos patrões. Nessa perspectiva podemos entender que o sistema institucional presente no Brasil não colaborava para encaixar o negro à vida na cidade, porém a todo tempo se readequou para manter e reforçar as estruturas de poder que perpetuam a branquitude e seus privilégios.

Por fim, é necessário lembrar que a branquitude, manifestada através da discriminação racial e da barreira imposta pela falta de oportunidades para os negros é um problema que persiste até hoje. As pessoas brancas desfrutam de todos benefícios e vantagens simbólicas e materiais que sua brancura pode lhes dar no mercado de trabalho.

Quando vivemos num sistema que não é capaz de promover a igualdade de oportunidades para os elementos que o compõem, tal situação não só prejudica indivíduos, mas limita junto o potencial de crescimento e desenvolvimento de toda sociedade. É necessário um equilíbrio e não um grupo se sobrepor ao outro, por isso é de interesse comum trabalhar para criar um sistema inclusivo que promova a igualdade, hoje isso se dá através de programas de incentivos e ações afirmativas<sup>16</sup> para grupos que foram

---

<sup>16</sup> Nessa parte me refiro a cotas raciais presentes nas universidades, cotas raciais de emprego no setor privado ou em concursos públicos, a políticas de promoção de gênero que embora não se limite apenas a

marginalizados e negligenciados na história do nosso país, visando um futuro melhor e esperando que todos possam contribuir para o bem-estar da sociedade em que vivemos.

---

minorias étnicas, muitos visam promover a igualdade de gênero, oferecendo oportunidades específicas para mulheres e/ou pessoas trans e não-binárias em áreas nas quais elas estão sub-representadas ou não são representadas.

## 4. RELAÇÕES DE FAVORECIMENTOS

### 4.1 Relações de favorecimento e a desigualdade social no Brasil

Vimos até aqui como pessoas brancas usufruíram de certas vantagens na sociedade, fosse isso feito de maneira consciente ou inconsciente, fosse a branquitude manifestada de maneira crítica ou acrítica<sup>17</sup>. Na obra de Florestan vemos que o estímulo ao uso da mão de obra do imigrante partia até de jornais, como foi o caso do *Correio Paulistano*, como veremos a seguir:

Não há fugir ao império irresistível dos fatos sociais: a exploração das grandes fontes de nossa riqueza é já o apanágio do homem livre, não do homem escravo. Ao passo que a introdução do estrangeiro para cooperar na nossa produção nos acalenta de esperanças e nos anuncia uma nova era de prosperidades cada vez mais crescentes, fazendo-nos antever inauditos progressos não só na indústria até hoje explorada, a indústria agrícola, senão também na indústria manufatureira e fabril, e em todas as manifestações de atividade social. (FERNANDES, 2021, p.78)

É evidente na citação acima, que havia uma campanha em favor dos imigrantes europeus, que na visão da elite branca era sinônimo de progresso, enquanto os negros eram sinônimo de atraso. Também é crucial lembrar que havia distinções entre o branco nacional e o branco imigrante europeu, pois o branco europeu não via o branco nacional como seu semelhante, o via como menos branco na hierarquia da brancura, pois o elemento nacional não partilhava dos mesmos valores culturais e etnicidade do imigrante. Florestan traz à luz a questão que os agentes econômicos eram de maioria esmagadora de “brancos estrangeiros e de brancos nacionais de ascendência estrangeira” (FERNANDES, 2021, p. 165). Ainda assim, a ascendência estrangeira comum não os igualava.

Na obra conseguimos notar como a branquitude é um conceito central para a compreensão da sociedade brasileira e suas relações de poder. Nesse contexto podemos entender como a branquitude foi constituída e preservada na sociedade ao examinar como as ideias de superioridade racial foram implantadas e perpetuadas ao longo do tempo. Alguns exemplos sugerem como a branquitude se manifesta na prática.

---

<sup>17</sup> Conceito de branquitude crítica e acrítica definido por Lourenço Cardoso, dizendo que “‘branquitude crítica’ àquela pertencente ao indivíduo ou ao grupo de brancos que desaprova publicamente o racismo. Em contraposição a essa perspectiva, nomearei ‘branquitude acrítica’ a identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial.” (CARDOSO, 2008, p. 178)

Ainda que os círculos humanos em ascensão pertencessem à “raça branca”, eles não possuíam motivos substanciais para se identificar, nesse plano, com as velhas elites. Acresce que tinham, por circunstâncias especiais, bons motivos para não perfilhar e até para combater as técnicas de dominação social, às quais se conjugavam a persistência e a revitalização de critérios obsoletos de dominação racial. No entanto, os aludidos círculos permaneceram indiferentes quer às inconsistências dessas técnicas de dominação racial, quer à dramática situação, bastante notória, da “população de cor” da cidade. No essencial, apropriaram-se parcialmente daquelas técnicas, tirando algum proveito delas e aumentando a área de manifestação de acomodações raciais, em choque irremediável com os fundamentos legais e morais do novo estilo de vida social. (FERNANDES, 2021, p. 272)

O autor ressalta que os brancos “não possuíam motivos substanciais para se identificar, nesse plano, com as velhas elites”. Nesse sentido, convém refletir para além da obra de Florestan, e questionar se os trabalhadores imigrantes se identificavam ou não com os trabalhadores negros, com os quais compartilhavam as condições de classe. Uma possível ausência de identificação entre eles pode ter contribuído para a manutenção de uma desigualdade racial favorável aos brancos, independente da classe, e vemos isso sugerido quando Carlos Hasenbalg fala que:

Da produção sociológica e demográfica sobre discriminação e desigualdades raciais posterior à primeira edição deste livro, incluindo a minha, em conjunto com Nelson do Valle e a de outros autores que foram se somando ao tema, podem ser retiradas duas grandes conclusões. Primeiro, a rápida modernização social econômica experimentada pelo Brasil desde o final da Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje – passando pelo “milagre econômico” dos anos 60 e 70, pela “década perdida” dos 80 e pela abertura econômica iniciada nos anos 90 – não foi particularmente benéfica para os brasileiros de origem africana. A melhoria observada nessas décadas nos vários indicadores das condições de vida da população não diminuiu as distâncias relativas entre os brasileiros brancos e não-brancos. Em segundo lugar, os resultados dessas pesquisas mostram que negros e mestiços (pessoas de cor preta e parda, na denominação oficial do IBGE) estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo de todas as fases do ciclo de vida, e que essas desvantagens são transmitidas de uma geração para a outra. (HASENBALG, 2005, p. 28)

Podemos notar que o processo de modernização e a melhoria na economia do país não fizeram com que a situação do negro no Brasil progredisse. O que fica implícito diante dos dados estatísticos favoráveis aos brancos são as relações de favorecimento entre o patrão branco e o trabalhador branco: os empregadores tinham lá as suas preferências no momento de distribuir cargos e salários. É importante salientarmos que a branquitude não foi um fenômeno místico ou natural surgido na sociedade, mas sim uma construção social criada por brancos que ocupavam posições de poder.

Florestan Fernandes em certo momento questiona por qual razão os brancos que viviam nas camadas “baixas” e “intermediárias”, “se mostravam indiferentes quer à perpetuação das técnicas tradicionais de dominação social quer ao destino da ‘população de cor’ na cidade” (FERNANDES, 2021, p. 284). Creio que por conta de uma ideologia de embranquecimento ou branqueamento<sup>18</sup>, que predominou na sociedade brasileira, onde o ideal de beleza, cultura, valor moral, sucesso e status social estava ligado à brancura. Isso poderia levar a uma internalização de valores e atitudes que reforçaram a superioridade de uns e a inferioridade de outros. Como resultado, muitos brancos pobres podem ter adotado atitudes de superioridade racial e indiferença em relação às condições de vida e trabalho dos negros.

Como já vimos anteriormente, Fernandes argumenta que as classes dominantes manipulam e exploram os trabalhadores brancos, criando assim as divisões raciais e as classes sociais para manter o poder e a exploração. Em diversos trechos de sua obra, Florestan toma negros e brancos pobres como grupos incapazes de exercer autonomia. A estrutura de poder no Brasil foi moldada de tal forma que os brancos pobres também eram marginalizados, o que resultou em uma competição entre diferentes grupos subalternos por recursos limitados. Essa competição pode ter contribuído para a indiferença em relação à situação dos negros, uma vez que as preocupações imediatas das classes pobres eram focadas em suas próprias lutas econômicas.

Porém, Fernandes frequentemente desconsidera que, independente da classe social à qual pertencesse, os brancos também eram condicionados pelo fator racial, fator que os deixava em vantagem quando em disputa com pessoas negras, por mais que fosse um sistema de classes, o fator racial ainda era relevante nesse sistema. Os brancos se mostravam indiferentes, pois o preconceito de cor e a discriminação racial não eram prejudiciais aos brancos pobres. Ao mesmo tempo, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* contribui de maneira riquíssima para compreendermos as relações raciais em nossa

---

<sup>18</sup> Aqui me refiro tanto à ideologia ou política que promova a mistura de raças com o intuito de diminuir ou eliminar a presença de traços raciais considerados "indesejados" em uma população, quanto a aderir aos valores culturais e morais da elite branca dominante que foi imposto como o ideal, o padrão normativo. Isso foi historicamente associado a políticas de discriminação racial e supressão da identidade cultural de grupos étnicos subalternos.

sociedade e nos ajuda a elucidar as relações de desigualdade social no Brasil. Lourenço Cardoso ao comentar sobre a obra diz:

Na história das relações raciais no Brasil, os estudiosos nem sempre utilizaram o termo racismo, apesar de a população negra ter sido permanentemente classificada como inferior desde a época da escravidão. Além disso, ainda persiste a controvérsia sobre a existência do racismo na sociedade brasileira, mesmo sendo este um discurso difícil de sustentar sobretudo depois de o trabalho de Florestan Fernandes ter constatado a existência de preconceito de raça no Brasil e as desvantagens vividas pelos negros na sociedade de classes devido à sua pertença étnica e racial. (CARDOSO, 2008, p.49)

O trecho de Lourenço Cardoso traz importantes reflexões sobre a temática do racismo e a desigualdade social no Brasil, pois aborda a complexa dinâmica das relações raciais e das estruturas de poder que moldam a sociedade brasileira. Podemos analisar cada um desses aspectos, pontuando que a referência à população negra, sendo classificada como inferior desde a época da escravidão, destaca como a hierarquia racial foi estabelecida historicamente no Brasil. No trecho citado, a ideia de branquitude (que é central para Lourenço Cardoso) está implícita, relacionada aos efeitos derivados da construção de uma identidade e cultura branca como padrão dominante. A branquitude de onde emanam relações favoráveis aos brancos é a mesma de onde emanam as práticas prejudiciais aos negros, bem identificadas por Lourenço Cardoso. Esse padrão de brancura influenciou não apenas a percepção das diferentes raças, mas também a dificuldade de demarcar a raça branca, frequentemente tida por “invisível”, e contribuiu para a criação de estruturas de poder e privilégios que não são fáceis de observar, identificar e demonstrar.

A menção à controvérsia sobre a existência do racismo na sociedade brasileira destaca a complexidade das relações raciais, incluindo as relações de favorecimento. Essas relações referem-se a como grupos racialmente privilegiados podem ter vantagens econômicas, educacionais e sociais devido à sua posição na hierarquia racial, como foi o caso de grupo de imigrantes europeus, enquanto grupos marginalizados, como os negros, foram desfavorecidos. Isso pode se manifestar em oportunidades desiguais, acesso limitado a recursos e tratamento diferenciado nas instituições sociais.

#### **4.2 A persistência da branquitude como sistema de privilégio racial**

Conforme as interpretações de Florestan, o legado da raça branca é a herança histórica que vem de um regime servil que se manifesta de maneira prejudicial nas relações de trabalho e sociais para o negro no regime de classes. Ao mesmo tempo, para além dos prejuízos impostos às pessoas “de cor”, é preciso treinar o olhar para constatar que o “legado da raça branca” é também um conjunto de proveitos e garantias projetados em quem é branco. Podemos notar a persistência da branquitude como sistema de privilégio racial nas diversas esferas da sociedade, quando a sociedade é empática ao ver um morador de rua, branco e de olho azul, mas faz vista grossa para corpos de crianças negras sendo explorados e violentados, negando o civismo e o direito à uma cidadania digna a esses jovens.

Também é visível essa persistência da branquitude como sistema de privilégio racial se manifestando nas preferências em detrimento de negros, mesmo quando esses têm qualificações e experiências similares ou melhores, como já pontuamos no capítulo anterior deste trabalho, mostrando o quão prejudicial pode ser essa relação de favorecimento baseada na ideia de superioridade racial, utilizada pelos patrões brancos dispostos a oferecer melhores condições para outros brancos. Tal ideologia foi reforçada com o passar dos anos, acabou por perpetuar implicitamente a noção de que brancos são superiores, assim, trabalhadores brancos se sentiam incluídos a esse grupo seletivo de pessoas que poderiam reivindicar direitos e privilégios, recebendo melhores salários e condições de trabalho mais dignas que pessoas negras.

O fato de os estudos sobre branquitude se formarem como um campo de estudo transnacional e de intercâmbio entre ex-colônias e colonizadores corresponde à cadeia de fatos históricos que começa com o projeto moderno de colonização, que desencadeou a escravidão, o tráfico de africanos para o Novo Mundo, a colonização, as formações e construções de novas nações e nacionalidades em toda a América e a colonização da África. Portanto, é nestes processos históricos que a branquitude começa a ser construída como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores. Neste sentido, é importante pensar que as culturas nacionais e as identidades brancas têm sido historicamente criadas, recriadas, significadas e redefinidas através das trocas circulares de símbolos, ideias e populações entre a África e a Europa e as Américas, e assim este campo de estudo também aparece como trocas de pesquisas e ideias entre estes continentes. (SCHUCMAN, 2012, p. 17)

A partir da citação de Lia Schucman vemos que a sequência de acontecimentos históricos mencionada no texto nos mostra como a branquitude é uma construção social, criada e mantida pelo branco em relação a outras identidades raciais e étnicas, e como ela

molda as relações entre brancos e negros, firmando assim uma relação de poder assimétrica. Por isso podemos entender que, observando a partir da perspectiva de Lia Vainer Schucman, a branquitude pode ser entendida como um sistema de privilégio racial

Assim como podemos notar no nosso cotidiano, também na obra de Florestan a relação de favorecimento para os brancos pode ser observada em diversos aspectos da vida social, seja no acesso ao mercado de trabalho, na educação, na justiça e na política. Exemplo de como essa relação de favorecimento se perpetua são que estudos mostram que pessoas brancas têm acesso a empregos melhores e salários mais altos do que pessoas de outras raças, como mostra o trecho a seguir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) :

Os rendimentos médios dos vínculos empregatícios declarados como Branco registraram ganho real de 2,21%, superior aos trabalhadores Pardos (1,21%) e Negros/Pretos (1,41%). Os rendimentos médios dos trabalhadores classificados como Negro/Preto representam 69,58% em 2014, ante 70,13% em 2013, daqueles auferidos pelos Brancos. Já os rendimentos dos Pardos correspondem a 70,69% dos recebidos pelos Brancos. (RAIS 2014, p.20)

Mesmo com décadas depois do lançamento do livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* vemos que a hierarquia racial ainda se faz presente em prol da raça dominante, pessoas brancas ainda seguem com os melhores salários, por isso a importância de estudos a respeito das relações de favorecimento para os brancos, capazes de trazer à luz como a branquitude condiciona oportunidades e experiências de vida de diferentes grupos raciais. Poderíamos sugerir a hipótese de que essa distinção sistemática que ocorria com os brancos interferia na relação entre trabalhadores negros e brancos, deixando em em lados opostos trabalhadores que pertenciam à mesma classe, o que pode ter enfraquecido o movimento trabalhista através da exploração das tensões nas relações raciais. Du Bois comenta algo semelhante no segundo capítulo de *Black Reconstruction in America: 1860-1880*, que é intitulado de *The White Worker*, sobre a forma como os trabalhadores brancos foram influenciados por ideologias racistas e como isso afetou a luta por direitos civis e políticos dos afro-estadunidenses.

Enquanto a revolta contra o domínio dos fazendeiros sobre os brancos pobres foi narrada por homens como Helper, que convocava a luta de classes para destruir os fazendeiros, isso foi anulado pelo antagonismo profundo em relação aos negros, fossem escravos ou livres. Se o trabalhador negro pudesse ser expulso dos Estados Unidos ou eventualmente exterminados, então a luta contra o fazendeiro poderia ocorrer. Mas os brancos pobres e seus líderes não puderam contemplar nem por um

momento uma luta unindo trabalhadores brancos e negros contra os exploradores. (DU BOIS, 1935, p. 27)

No trecho acima, temos um exemplo de como a branquitude exercida por ideologias de cunho racistas afetaram a luta por direitos civis e políticos dos negros estadunidenses. Já no Brasil, os estudos sobre o período pós-abolição demonstram simultaneamente a existência de agremiações para pessoas “de cor” e agremiações formadas por trabalhadores negros e brancos, mais propriamente “de classe”. Conflitos raciais e solidariedades interracialis foram simultâneos, evidenciando a complexidade das relações étnico-raciais brasileiras.

A branquitude se expressa nas relações raciais e sociais estando ligada a privilégios, ao etnocentrismo, pois ela criou um viés cultural que enalteceu as culturas dos imigrantes europeus, fator que contribuiu para a marginalização e invisibilidade da cultura e tradição de pessoas não-brancas. Vemos essa relação de favorecimento também na representação cultural, em que o branco era visto como o trabalhador ideal, único capaz de transformar o Brasil em uma sociedade próspera. Podemos notar a branquitude na maneira como a mídia e imprensa da época representavam os brancos criando na cultura popular um trabalhador ideal, enquanto o negro era carregado de estereótipos negativos.

A nível institucional é possível notar a branquitude no controle das instituições e órgãos de poder públicos ou privados, em que pessoas brancas ocupam a maioria das posições de liderança e decisão, que em raros casos eram ocupadas por pessoas negras, algo que gerava desequilíbrios no acesso e controle de recursos e poder político. Trago como exemplo o relato que segundo Fernandes, pertence a “um dos informantes brancos, de uma família tradicional”, que relatou “que os pretos não subiam além de cabo, rarissimamente a sargento, devido à falta de capacidade... Porque, de mil negros, há um que se destaca! [...]”(FERNANDES, 2021, p. 314). Nessa ótica, não bastava ter talento ou mérito, quando se tinha a pele escura.

Chegamos até aqui vendo como as relações entre brancos são um ponto-chave para a manutenção da hegemonia branca em nossa sociedade, bem como a brancura funciona como uma ferramenta que permite a mobilidade social dos brancos. Ao identificarmos a relação de favorecimento dos brancos em detrimento de pessoas negras e também ao analisarmos como

trabalhadores brancos, que por diversas vezes se encontravam em condições econômicas precárias iguais a pessoas negras, ainda tinham uma posição de privilégio em relação aos trabalhadores negros, sugerimos a hipótese de que uma parcela desses trabalhadores brancos se recusaram a se unir com os trabalhadores negros em uma luta conjunta pela igualdade racial e econômica, já que negavam aceitá-los como iguais, escolheram reproduzir atitudes racistas da elite branca, perpetuando a segregação, a exploração e a marginalização.

A fim de justificar a opressão e exploração dos povos não-brancos, a ideologia racista baseada nas teorias do racismo científico propagadas no século XIX, procurava provar a inferioridade dos povos não-brancos em relação aos brancos. A partir dessa ideologia, foram feitos variados mecanismos de exclusão social que perpetuaram o poder e privilégio dos brancos na sociedade brasileira.

É necessário que a sociedade entenda que a branquitude não se trata apenas sobre a cor da pele, mas sim que envolve também uma construção social que abrange valores, crenças e comportamentos, e que para enfrentar esse mal é importante que haja uma luta antirracista que se concentre não apenas em combater o racismo de um indivíduo, mas sim em acabar com as estruturas sociais que perpetuam a branquitude e seus privilégios. Falo em derrubar com as estruturas, pois a sociedade brasileira foi estruturada numa relação entre povos oprimidos e um povo opressor, que leva em conta o fator racial.

A relação de favorecimento existente para os brancos na sociedade age por meios perversos, mantidos e reforçados por meio de mecanismos de opressão, crueldade e exclusão, como a violência policial, a discriminação no mercado de trabalho, a segregação residencial e a falta de acesso a serviços públicos de qualidade. Portanto, para além de uma relação de favorecimento também se trata de uma relação de poder. Esses padrões de relações raciais que se mantinham devido também a persistência da cultura racista enraizada na sociedade, podem ser combatidos por meio de políticas públicas que visam à promoção da igualdade racial e medidas que gerem uma consciência crítica em relação às desigualdades raciais.

Ao ler a obra de Albert Memmi, *Retrato do colonizador*, podemos perceber a relação de dominação dos colonizadores brancos sobre os colonizados na sociedade colonial e como

muitos deles por mais que também fossem explorados, exerciam muitos privilégios nas colônias, ou seja, havia a relação de favorecimento entre os brancos colonos como uma relação de exploração econômica, política e cultural da mesma maneira que ocorria no Brasil.

É verdade que nem todos os europeus da colônia são potentados, desfrutam de milhares de hectares ou dirigem administrações. Muitos são eles próprios vítimas dos senhores da colonização. São economicamente explorados por eles, politicamente utilizados, com vistas à defesa de interesses que frequentemente não coincidem com os seus. Mas as relações sociais quase nunca são unívocas. Ao contrário de tudo aquilo em que se prefere crer, dos votos piedosos ou das convicções interessadas: o pequeno colonizador geralmente é, de fato, solidário dos colonos e defensor obstinado dos privilégios coloniais. Por quê? (MEMMI, 1972, p. 44)

Assim como os brancos colonos mencionados por Memmi, os brancos no Brasil mesmo após o fim do regime colonial, continuaram a desfrutar de privilégios negados à parcela negra da população, privilégios econômicos e políticos presentes na sociedade colonial, como acesso a terras, recursos e cargos administrativos, se perpetuam até hoje, enquanto pessoas negras são continuamente excluídos desses privilégios por conta do fator racial e cultural.

Essa relação de favorecimento responde ao questionamento levantado por Memmi, as relações de poder existentes entre os diferentes grupos de pessoas brancas tanto na sociedade colonial quanto na sociedade de classes, sugerem que nem todos os brancos são igualmente privilegiados, mas todos tem a chances reais de usufruir de benefícios. Temos como exemplo, os fazendeiros, administradores e proprietários de terras que detinham mais poder do que os imigrantes europeus pobres, mas estes conseguiam prosperar depois de um tempo de serviço, adquirindo terras e após isso eles próprios virando proprietários e administradores de terra. Ou seja, mesmo os brancos menos afortunados ainda se beneficiavam da hierarquia racial que favorece os brancos em relação aos negros. O privilégio branco é sempre relacional. É necessário saber a importância de discutir a persistência dos privilégios dos brancos no Brasil, mesmo após o fim do período colonial.

Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, O Legado da "Raça Branca"* vemos que Florestan argumenta também sobre como a exclusão dos negros do mercado de trabalho formal os deixou em uma posição desfavorável em termos econômicos.

Historicamente, a branquitude tem proporcionado aos brancos maior visibilidade e reconhecimento profissional, resultando em uma vantagem na progressão de carreira, que de maneira indireta, reforça que os brancos têm maior probabilidade de experienciar ambientes de trabalho livres de discriminação e receber remunerações justas. Historicamente, o acesso dos negros aos recursos econômicos, como capital e propriedade, foi limitado, perpetuando assim a desigualdade.

Quanto à educação, as pessoas negras também enfrentavam dificuldades significativas. Antigamente o acesso à educação era extremamente limitado e ainda hoje é, muitas escolas públicas que estão localizadas nas zonas periféricas ou em outras áreas mais pobres do país são mal equipadas, têm estruturas precarizadas e com professores mal remunerados, situação que dificulta o acesso dos estudantes negros à educação de qualidade. Sem contar que, muitas vezes sofrem preconceito e discriminação por parte de alguns professores e colegas, o que afeta diretamente sua autoestima e desempenho escolar. Alunos brancos se beneficiam de um ambiente de aprendizado menos afetado por preconceitos, o que pode influenciar positivamente sua autoestima e desempenho acadêmico.

Na esfera da justiça criminal, a população negra tem um rico histórico de injustiça contra ela, sendo frequentemente alvo de abuso policial e com uma maior probabilidade de ser presa e condenada por crimes que não cometeram. Tal padrão de discriminação é conhecido como racismo institucional, e é resultado da maneira como as instituições sociais são estruturadas de forma a beneficiar as pessoas brancas em detrimento de pessoas negras. Os brancos por diversas vezes têm menor probabilidade de enfrentar abuso policial ou de serem vítimas de injustiças sistemáticas. O fato destaca como a branquitude molda a forma como as suspeitas e acusações são tratadas. Fernandes analisa:

O mecanismo repressivo funcionava, sob muitos aspectos, às avessas: persistia a avaliação perniciosa, herdada da sociedade escravocrata, de que o “negro” encarnava um perigo público. Homem ou mulher “de cor” que perambulasse pela rua tresnoitado provocava “desconfiança”, corria o risco de “ser recolhido pela carrocinha” e até “trancafiado no xilindró”. A suspeita generalizada de que o homem fosse “desordeiro” ou “gatuno” e a mulher “vagabunda” ou “puta” engendrava esses comportamentos. (FERNANDES, 2021, p. 202)

Com a análise do autor podemos ver que as pessoas brancas podiam e ainda podem ter uma maior probabilidade de serem tratadas com presunção de inocência e podem

enfrentar menos risco de serem erroneamente condenadas e violentadas evidenciando que perspectiva dos brancos aqui é de uma posição de vantagem em relação às dinâmicas institucionais, já que muitas vezes se beneficiaram dessas estruturas.

Já na esfera política, os brancos ainda têm maior representação nos cargos disponíveis, ocupam a maioria das cadeiras no senado, na câmara dos deputados e nas câmaras de vereadores espalhadas pelo país, os brancos têm maior influência nas decisões políticas que afetam a vida de todos os brasileiros. Isso se deve, em parte, à influência do poder aquisitivo e do poder econômico, que muitas vezes são controlados pelos brancos.

Por fim, essa contínua luta da persistência dos privilégios dos brancos no Brasil não é um fenômeno social e nem natural, mas sim um constructo social complexo que, como vimos, se deu à interação de vários fatores anteriores à sociedade de classes e que persistiram após o início dela, incluindo o racismo estrutural, a discriminação no mercado de trabalho, a falta de acesso à educação, a influência política dos brancos, a ideologia de uma supremacia branca, entre outros. Portanto, ao falarmos sobre a relação de favorecimento na sociedade de classes, é essencial considerarmos como a exclusão histórica dos negros dos recursos econômicos contribuiu para perpetuar essa desigualdade. É importante aqui, atentar o leitor novamente, que essa exclusão não foi um acaso, mas sim uma política deliberada de exclusão e marginalização da população negra, uma política que foi apoiada e legitimada pelo Estado.

## CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho de conclusão, procurei trazer ao leitor a discussão sobre a importância da temática da branquitude como uma ferramenta de vantagem para trabalhadores brancos, evidenciada nas relações que esse grupo estabelece com patrões e empregadores igualmente brancos. Com isso podemos ter uma compreensão das desigualdades raciais no Brasil, sendo exercida, a necessidade de incluir a temática da branquitude nos debates sobre as relações raciais no Brasil e como com a leitura do livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, O Legado da “Raça Branca”*, foi possível entender como a ideia da supremacia racial branca se perpetuou na sociedade brasileira e como a invisibilidade da branquitude acaba perpetuando a ideia de que o racismo é apenas um problema “dos negros”.

Com a leitura que fiz do livro também foi possível compreender o contexto histórico em que Florestan Fernandes escreveu e como a ideologia da democracia racial foi construída no Brasil e utilizada para apagar as diferenças raciais e legitimar desigualdades que seriam apenas sociais. Por mais que o recorte geográfico feito por Florestan Fernandes tenha se limitado à cidade de São Paulo, os males que atingiram a população negra foram semelhantes por quase todo o país, não são raros os casos de experiências compartilhadas ou semelhantes, vividas por negros de São Paulo, Porto Alegre ou qualquer outra parte do Brasil. Regiões com muitas diferenças, porém com quase todos os mesmos problemas.

Gostaria de lembrar ao leitor que não deveríamos aceitar com normalidade o fato de que, desde o período colonial, parte da população branca no Brasil conseguiu ter acesso à terra e recursos econômicos fazendo com que tais condições lhes conferissem poder influência, enquanto a população negra e indígena frequentemente acabou sendo excluída do acesso a tais recursos. Se falarmos sobre ascensão social e mobilidade, mesmo em períodos de precariedade econômica, as oportunidades para a população branca muitas vezes superavam as disponíveis para a população não-branca.

Também tive como objetivo trazer ao leitor a noção de branquitude e como ela se configura como um capital social que garante para a população branca uma série de vantagens em relação às pessoas não-brancas, vimos isso com situações que iam do

trabalhador urbano ao trabalhador rural e também como as mulheres brancas eram favorecidas em detrimento das mulheres negras nas fábricas. A falta de consciência desse privilégio por parte das pessoas brancas também acaba perpetuando a desigualdade racial e social no país.

Acredito que é necessário ter ciência da importância de se pensar em ações afirmativas e políticas públicas para combater as desigualdades raciais no país, combatendo o racismo estrutural e das assimetrias sociais que vivemos, fruto das vantagens que foram concedidas às pessoas brancas por seus semelhantes. Vimos como ações afirmativas podem ser um instrumento de combate ao racismo estrutural e como elas podem contribuir para a promoção da igualdade racial no país, desde que não haja espaço para fraudes. Perceber a importância de uma educação de qualidade e antirracista na desconstrução da ideologia de uma ideia onde brancos são vistos como seres superiores e focar na promoção da igualdade racial no país, visando isso numa real contribuição para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na luta contra o racismo, é necessário que as pessoas brancas sejam capazes de reconhecer seu próprio privilégio e de agir de maneira consciente para desconstruí-lo, há pessoas brancas que também estão na luta antirracista para essa desconstrução, pessoas brancas que contribuíram com ricos trabalhos para os estudos da branquitude, mas infelizmente o trabalho é árduo e para que isso de fato aconteça, é necessário ainda que mais pessoas busquem e compreendam o entendimento de que a branquitude é uma construção social e que se manifesta nas instituições e na sociedade brasileira.

É preciso desnaturalizar os privilégios e as vantagens sociais existentes que a branquitude oferece, e trabalhar para que todas as pessoas tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades. O combate aos privilégios gerados pelo sistema que a elite dominante arquitetou conscientemente nos séculos passados e que seus herdeiros mantêm de maneira consciente ou inconsciente, sendo omissos ou negando suas contribuições na manutenção de suas vantagens dentro desse sistema de favorecimento, deve ser uma pauta política, social e cultural, que envolve a busca por igualdade, justiça e dignidade para todas as pessoas, independentemente da cor da pele.

Acredito que nesse trabalho de conclusão foi possível, a partir da análise feita do livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, O Legado da “Raça Branca”*, observar de forma inicial o mecanismo existente entre os brancos e o que os permite ascender ou se manter como grupo dominante subjulgando os demais. No entanto, é importante destacar que infelizmente, este trabalho não pôde responder diretamente a algumas questões mais específicas. O trabalho procurou focar principalmente no contexto brasileiro. Embora tenham sido mencionadas referências aos Estados Unidos, a abordagem é centrada na realidade brasileira. Creio que com uma análise mais profunda da questão em um contexto internacional enriqueceria a compreensão das dinâmicas da branquitude.

Com um país de dimensões continentais como o Brasil, também creio que o trabalho ficou limitado quanto à questão do viés regional e cultural. Infelizmente, o trabalho não foi capaz de abranger todas as nuances regionais e culturais do nosso país, que conforme regiões e culturas diversas têm histórias e contextos diferentes. Além disso, considerando a diversidade de classe, etnia e cultura, dentro da população branca, não pude representar todas as experiências e perspectivas. Porém, gostaria de salientar que as questões aqui não respondidas, não invalidam a relevância e a profundidade das discussões apresentadas no trabalho, lembrando que cada capítulo abordou uma gama de tópicos relacionados à branquitude e ao racismo, e que em trabalhos vindouros haverá outras oportunidades para explorar mais a fundo certos aspectos e ampliar a compreensão da complexidade da questão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### **B3 quer que empresas expliquem falta de diversidade em diretoria e conselho.**

g1.globo.com, 2022. Disponível em<

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/17/b3-quer-que-empresas-expliquem-falta-d-e-diversidade-em-diretoria-e-conselho.ghtml>>. Acesso em: 28/08/2023.

BENTO, Maria Aparecida da Silva; CARONE, Iray; (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras 1ª edição. 2022.

BERNARDINO-COSTA, J.. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Sociedade e Estado, v. 30, n. 1, p. 147–163, jan. 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/#>>. Acesso em: 28/07/23.

BRASIL. **CARTA RÉGIA DE 2 DE MAIO DE 1818**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1818, Página 39 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg\\_sn/anterioresa1824/cartaregia-39303-2-maio-1818-569218-publicacaooriginal-92457-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-39303-2-maio-1818-569218-publicacaooriginal-92457-pe.html)>. Acesso em 15/06/2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890 - Publicação Original**. Diário Oficial da União. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1424 Vol. 1 fasc.VI (Publicação Original). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-50693-5-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23/05/2023.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 abr. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm)> Acesso em: 10/04/23.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 307 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-601-18-setembro-1850-559842-publicacaooriginal-82254-pl.html>>. Acesso em 15/06/2023.

CAMPOS, Pablo J. E. **Ações afirmativas como estratégia de combate às desigualdades raciais e promoção da dignidade**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza. 2009. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006\\_0a6e44faf747ba3a0017f6afe4e54f81.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_0a6e44faf747ba3a0017f6afe4e54f81.pdf)>. Acesso em: 13/03/23.

CARDOSO, Lourenço da Conceição. **O branco diante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2014.

\_\_\_\_\_. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)**. [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

CARRANÇA, Thais. **'Quebrei o braço e fiquei sem dinheiro para comida': os limites da PEC das Domésticas, 10 anos depois**. g1.globo.com, 2023. Disponível em <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/03/23/quebrei-o-braco-e-fiquei-sem-dinheiro-para-comida-os-limites-da-pec-das-domesticas-10-anos-depois.ghtml>>. Acesso em: 28/08/2023.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. *Estudos Feministas*, n. 10, p. 171-188, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)**. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, p. 251–281, jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Os descendentes de africanos vão à luta em terra *brasilis*. Frente negra brasileira (1931-37) e teatro experimental do negro (1944-68)**. São Paulo. Projeto História. n.33, p. 131-158, dez. 2006.

DU BOIS, W. E. B. ***Black Reconstruction in America: 1860–1880***. New York: Harcourt, Brace, 1935.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**. 6ª edição. São Paulo. Editora Contracorrente, 2021.

FOSTER, Gustavo. **Vereador de Caxias do Sul é acusado de xenofobia contra baianos em caso de trabalho escravo em vinícolas**. g1.globo.com, 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/28/vereador-de-caxias-do-sul-diz-para-vincolas-nao-contratarem-baianos-unica-cultura-que-eles-tem-e-viver-na-praia-tocando-tambor-video.ghml>>. Acesso em 13/09/2023.

FRANKENBERG, Ruth. **A miragem de uma branquidade não-marcada**. In: WARE, Vron. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária / Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004. pp. 307-338.

GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos A. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro. Marco Zero. 1982.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª ed. - Belo Horizonte. Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2005.

LOPES, Moisés. **A construção social da "branquidade" em homossexuais masculinos do Brasil e da Argentina**. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)* [online]. 2011, n. 8, pp. 113-130. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-64872011000300006>>. Acesso em: 15/03/23.

MAIO, Marcus Chor. **O Projeto Unesco: ciências sociais e o "credo racial brasileiro"**. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 115-128, jun/ago. 2000.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizador**. In: **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 37-79. [1ª Edição de 1972].

MONSMA, K. **Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista**. *Dados*, v. 53, n. 53(3), p. 509–543, 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/dados/a/mcWkb8BJqWT8GckNn8zn9Lf/?lang=pt#>>. Acesso em: 10/03/23.

\_\_\_\_\_. **Identities, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914**. Vol. 11 Nº 1, p. 111-116. Unisinos. Janeiro/Abril 2007.

Disponível em:

<<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5881/3067>>. Acesso em: 10/03/23.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Milton Barbora - Movimento Negro Unificado**. *Youtube*, 29/07/20, 10min 54s, Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9pzwAj8cV9w>>. Acesso em 10/03/23.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. **Situação atual das trabalhadoras domésticas no país**. In: MORI, Natália et alii (Orgs.). *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. Brasília: Cfemea/MDG3 Fund, 2011.

PIZA, Edith. **Adolescência e racismo: uma breve reflexão**. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente May. 2005. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci\\_arttext#tx07](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext#tx07)>. Acesso em: 10/03/23.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Patologia social do “branco” brasileiro**. In: **Introdução Crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. pp. 215-240. [1ª Edição de 1950].

ROEDIGER, David. **E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça**. In: FORTES, Alexandre. Et. All. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. pp. 29-59.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese de Doutorado em Psicologia. USP, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **AS LUTAS POLÍTICAS NOS CLUBES NEGROS: CULTURAS NEGRAS, RACIALIZAÇÃO E CIDADANIA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI NO PÓS-ABOLIÇÃO (1870-1960)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SILVA, Joselina da. **A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50.** Estudos Afro-Asiáticos [online]. 2003, v. 25, n. 2, pp. 215-235. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200002>>. Acesso em: 10/05/23.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.